

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DANIEL FRANCISCO SALVADOR

**OS MOTIVOS POR TRÁS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO IRLANDÊS:  
UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA ECONÔMICA DA DÉCADA DE 1990 A 2015**

FLORIANÓPOLIS  
2018

DANIEL FRANCISCO SALVADOR

**OS MOTIVOS POR TRÁS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO IRLANDÊS:  
UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA ECONÔMICA DA DÉCADA DE 1990 A 2015**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Profa. Dra. Patrícia Fonseca Ferreira Arienti.

FLORIANÓPOLIS  
2018

*If Ireland is to become a new Ireland she must first become European.*

James Joyce

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 ao aluno Daniel Francisco Salvador na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Profa. Patricia Fonseca Ferreira Arienti

Prof. Michele Romanello

Profa. Carmen Rosário O. G. Gelinski

## AGRADECIMENTO

Agradeço aos meus pais, Hélio e Marciana, por todo o suporte que me deram desde os primeiros passos, por sempre me encorajarem a buscar novas experiências e por sempre estarem ao meu lado nesta longa caminhada. Agradeço a minha irmã Victoria por ser uma pessoa maravilhosa e tornar minha vida muito mais feliz.

Agradeço a todos os amigos que fizeram parte desta jornada, em especial Mariana Pereira, Mariana Saijo, Mateus Nath, Joana Sardá e Carol Tiveron. Vocês, que apesar de serem todos de cursos diferentes, alguns até mesmo de estados diferentes, tornaram-se, nos últimos 5 anos (alguns ainda a mais tempo), meus melhores amigos e meu porto seguro.

Agradeço em especial a meu fiel escudeiro, Darren Goode, que me incentivou a fazer este trabalho e continuar meus estudos no ramo da economia. Sem você, este trabalho não existiria. Obrigado por toda sua paciência e incentivo.

Agradeço minha orientadora, professora Patricia, por toda sua calma, paciência e carinho. Fico eternamente grato a você, foi um prazer ter um dos professores que mais admiro como minha orientadora.

E, por fim, agradeço a todos os professores que me auxiliaram durante minha estadia na UFSC, em especial aos professores da área de macroeconomia os quais tive a honra de ter aulas, vocês despertaram minha paixão pela área: professor Daniel Vasconcellos, professor Mauricio Nunes e professora Eva Catela.

## RESUMO

A economia irlandesa tem sido alvo de atenção da mídia no decorrer das últimas décadas. Sua trajetória foi de uma economia com um fraco crescimento e altas taxas de desemprego e emigração para uma economia com uma estrondosa taxa de crescimento. Desde a década de 1990, a economia irlandesa cresceu rapidamente e se tornou a economia do Tigre Celta. Seguido da crise global de 2008, a economia irlandesa entrou profundamente em recessão, a qual requereu intervenção da U.E, do BCE e do FMI. A economia rapidamente se recuperou e se tornou, em 2015, a economia com maior crescimento do PIB. O objetivo central deste estudo será analisar o caminho percorrido pela economia irlandesa desde sua entrada inicial no ECSC (*European Coal and Steel Community*) até o ano de 2015. A principal hipótese do trabalho é de que a expansão econômica atual advém da política de busca por investimento externo, estabelecido na década de 1950. Propõe-se, então, que essa decisão foi um fator fundamental para seu progresso. Sugerir-se-á que o caminho tomado pela Irlanda enquanto buscava um avanço no IDE (o que envolveu a integração econômica com a UE e uma baixa das tarifas corporativas) providenciará uma explicação para o seu desenvolvimento. Acredita-se também que sua integração com a Europa foi crucial. É visado, no presente estudo, examinar a literatura econômica escrita dos diferentes períodos do seu trajeto para determinar quais os fatores que tiveram um papel no progresso da Irlanda.

**Palavras-chave:** Economia irlandesa. União Europeia. Investimento Estrangeiro Direto.

## ABSTRACT

The Irish economy has been the subject of attention in the media during the last few decades. Its path went from an economy with poor growth and high unemployment rates and emigration to an economy with a huge economic growth. Since the 1990s, the Irish economy grew rapidly and became known as The Celtic Tiger. Following the global downturn in 2008, the Irish economy entered into a sharp recession which required intervention from the EU, ECB and IMF. The economy quickly recovered and in 2015 it recorded the highest rate of GDP growth in the world. The main objective of this study will be to analyse the path that the Irish economy passed through since its entrance in the ECSC (*European Coal and Steel Community*) until the year of 2015. The main hypothesis of this work is that the current economic expansion came from the strategies of seeking Foreign Direct Investment, established in the 1950s. It is proposed, that this decision was fundamental for its economic success. It will be suggested that the path chosen by Ireland while it sought more FDI, which involved the economic integration with the E.U and a low corporation tax, will provide an explanation for its development. It is also believed that its integration with Europe was crucial. It is targeted in this work, to examine the economic literature written of the different periods and its path to determine which factors had an importance in the progress of Ireland.

**Keywords:** Irish Economy. European Union. Foreign Direct Investment

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Importação e Exportação Irlandesa de 1973 até 2003 .....	27
Tabela 2. Balança comercial irlandesa de 1973 á 2003 em milhões de euros. ....	28
Tabela 3. Principais Categorias de exportações expressa em milhões de euros .....	29
Tabela 4. PIB e PNB com ano base de 1995 de 1973-2003 .....	31
Tabela 5. Número de Alunos por nível educacional.....	32
Tabela 6. Emigração da Irlanda .....	32



## LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1. Novas empresas estrangeiras abrindo representação na Irlanda-1955-1973 .....	25
Gráfico 2. Exportações irlandesas e seu destino em percentual total das exportações.....	28
Gráfico 3. Investimento Direto Externo americano na Irlanda em milhões de dólares.....	30
Gráfico 4. Variação média anual do nível de emprego em porcentagem .....	33
Gráfico 5. Empréstimos bancários em percentagem do PIB em alguns países da zona do euro e Reino Unido.....	37
Gráfico 6. Rendimentos dos Títulos da Irlanda entre 2008 e 2018 .....	41
Gráfico 7. Taxa de desemprego na Irlanda em percentagem de 2008 á 2018.....	42
Gráfico 8. Receita do Governo irlandês de 2008 á 2018 em milhões de euros.....	43
Gráfico 9. Dívida do governo irlandês em percentagem do PIB.....	43
Gráfico 10. Comparação da inflação irlandesa com a inflação da zona do euro de 1997 á 2013 .....	45
Gráfico 11. Investimento Direto Externo na Irlanda em milhões de euros com linha de tendência .....	47
Gráfico 12. Investimento direto externo dos E.U.A. na Irlanda em bilhões de dólares de 1982 á 2013.....	47
Gráfico 13. Variação anual do PIB irlandês por ano de 1980 até 2018.....	49

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIFTAA – *Anglo-Irish Free Trade Area Agreement*  
ANGA – Agência Nacional de Gestão de Ativos  
BCE – Banco Central Europeu  
CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço  
CED – Comunidade Europeia de Defesa  
CEE – Comunidade Econômica Europeia  
CEEA – Comunidade Europeia de Energia Atômica  
CSO – Central Statistics Office  
ECOFIN – *Economic and Financial Affairs Council*  
ECSC – *European Coal and Steel Community*  
EMS – *European Monetary System*  
ERM – European Exchange Rate Mechanism  
EUA – Estados Unidos da América  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
GDP – *Growth Domestic Product*  
IDA – *Irish Development Association*  
IED – Investimento Estrangeiro Direto  
OECD – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIIGS – Portugal, Itália, Irlanda, Grécia, Espanha  
PNB – Produto Nacional Bruto  
TEC – Tarifa Exterior Comum  
UE – União Europeia  
UK – *United Kingdom*

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	13
1.1	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA .....	13
1.1.1	A Irlanda Atualmente .....	14
1.2	OBJETIVOS .....	15
1.2.1	Objetivo Geral.....	15
1.2.2	Objetivos Específicos .....	15
1.2.3	Justificativa .....	15
1.3	METODOLOGIA .....	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO .....	17
2.1	ETAPAS DA INTEGRAÇÃO.....	17
2.1.1	Tarifas Preferenciais.....	18
2.1.2	Zona de Livre Comércio.....	18
2.1.3	União Aduaneira .....	19
2.1.4	Mercado Comum.....	19
2.1.5	União Econômica .....	20
2.1.6	Integração Econômica Total .....	20
2.2	A FORMAÇÃO DA ATUAL UNIÃO EUROPEIA .....	20
2.2.1	Tratado de Paris (1951) .....	21
2.2.2	Tratado de Roma (1957).....	21
2.2.3	Tratado de Fusão (1965).....	21
2.2.4	Tratado de Schengen (1985).....	22
2.2.5	Tratado do Ato Único Europeu (1986).....	22
2.2.6	Tratado de Maastricht (1992).....	22
2.2.7	Tratado de Amsterdam (1997).....	23
2.2.8	Tratado de Nice (2003).....	23
2.2.9	Tratado de Lisboa (2007).....	23
2.3	A IRLANDA ANTES DA UNIÃO EUROPEIA (1953-1973) .....	24
3	A IRLANDA 20 ANOS APÓS UNIR-SE A UNIÃO EUROPEIA (1973-1993) .....	27
4	A CRISE DOS ANOS 2000 E SUA RECUPERAÇÃO .....	36
4.1	A BOLHA IMOBILIÁRIA IRLANDESA 2001-2008 .....	36
4.2	A CRISE IRLANDESA DO CRÉDITO .....	38
4.3	A IRLANDA APÓS A CRISE .....	44

5	CONCLUSÃO .....	51
	REFERÊNCIAS .....	53

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, houve na Europa uma forte busca pela união, com o intuito de evitar mais conflitos. Foi criada, então, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço para assegurar-se de que as “engrenagens” (Carvão e Aço) da guerra não mais pertencessem a uma única nação. Com o sucesso da nova comunidade, estabeleceu-se a Comunidade Econômica Europeia (CEE), com a intenção de cooperação adicional e a criação eventual de um mercado único europeu.

Na década de 1950, a política protecionista até então adotada no país, foi abandonada pela Irlanda e iniciou-se então, a abertura da economia, pelo incentivo à exportação e investimento estrangeiro. O ganho da titularidade de membro da CEE na década de 1970 e o exercício de uma política de baixa tributação corporativa foram fatores essenciais para tal.

A leitura da Teoria da Integração vem de encontro com este trabalho a fim de entender como esses tratados entre os países pode beneficiar as economias, e no específico caso, como beneficiou a Irlanda. Assim como entender o porque e como se deu a formação histórica da atual União Europeia, grupo ao qual o País é membro desde 1973.

Os anos 1980, foram considerados como a década perdida no país devido às pobres decisões políticas, que resultaram em um aumento da dívida pública, emigração em especial de mão de obra qualificada, desemprego e aumento dos impostos.

Na década de 1990, o PIB real irlandês teve uma taxa de crescimento de mais de 7% ao ano (FMI, 1990). Presenciou-se na Irlanda um período de aumento na imigração, acompanhado de uma expansão no investimento em imóveis, o que levou a um aumento de preços no mercado imobiliário.

Em 1999, a Irlanda se tornou parte dos países que utilizam o euro como moeda oficial, tendo suas taxas de juros agora decididas pelo banco central europeu. A taxa de juros do banco central europeu tem por intuito manter o controle da inflação na zona do euro.

Uma má regulação no setor financeiro fez com que houvesse uma grande expansão do crédito, alimentado ainda mais pelo aumento no nível dos preços no setor imobiliário, levando a um incentivo ao crescimento da construção civil e, conseqüentemente, a um aumento na imigração, devido a falta de mão de obra nacional na área. Isso fez com que o preço dos imóveis mais que duplicasse entre 2000 e 2005.

A partir de 2005, ocorreu um declínio no nível de preços do setor imobiliário, hipotecas se tornaram patrimônio líquido negativo e pessoas inadimplentes. Em 2008, temendo o pior aos bancos instalados no país, o governo decidiu assegurar todas as poupanças em bancos domésticos, transferindo o risco para o governo. Seguindo isso, o governo recapitalizou em sete bilhões de euros os principais bancos irlandeses. Em 2010, o rendimento dos títulos públicos irlandeses teve um aumento de 7% e o governo se viu obrigado a buscar um empréstimo de €67.5 bilhões da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional. Os termos desse resgate fizeram com que o governo reduzisse significativamente os gastos públicos e aumentasse os impostos. Em 2013, a Irlanda acabou de pagar seu resgate ao banco central europeu e viu seu PIB crescer nos anos subsequentes, tornando-se a economia que mais cresceu no mundo em 2015 (OECD, 2016).

Apesar de seu crescimento ser um fato, os motivos que o causaram ainda não são muito estudados no meio acadêmico no Brasil. Este trabalho vem de encontro com a proposta de levantar os motivos por trás do crescimento da economia irlandesa nos anos recentes.

### **1.1.1 A Irlanda Atualmente**

A Irlanda situa-se no continente europeu. O país está localizado nas Ilhas Britânicas, as quais são compostas pela Ilha da Grã-Bretanha e a Ilha da Irlanda majoritariamente, fazendo parte também a Ilha de Man, Jersey e Guernsey. O Reino Unido por sua vez é composto por quatro nações: Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte. É de extrema importância o conhecimento de tais nomenclaturas para melhor entender o trabalho, uma vez que no caso da Ilha da Irlanda, temos dois países distintos: a Irlanda do Norte que pertence ao Reino Unido e a Irlanda, também conhecida por República da Irlanda, que é um país independente e é o tema de pesquisa deste trabalho.

O país conta com um território de 69.8 mil quilômetros quadrados, e corresponde a 0,91% do total da população da União Europeia, com pouco menos de cinco milhões de habitantes. O país tem o segundo melhor PIB per capita da União Europeia, perdendo apenas para Luxemburgo (EUROPEAN UNION, 2018).

A Irlanda obteve em 2015 o oitavo maior Índice de Desenvolvimento Humano do Mundo (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018). O país tem como línguas oficiais o inglês e o irlandês, sendo o inglês a língua usada pela maioria absoluta da população.

## 1.2 OBJETIVOS

Esta seção apresenta o objetivo geral e os objetivos específicos do trabalho.

### 1.2.1 Objetivo Geral

Analisar e descrever a trajetória econômica irlandesa desde o final da década de 1990 até 2015, buscando entender os motivos por trás do crescimento econômico vivenciados no país.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- Sistematizar documentos acadêmicos principais sobre a economia irlandesa após adesão à união europeia.
- Explicar as principais etapas da Teoria da Integração Econômica, a Teoria da Convergência e os tratados que deram origem à U.E.
- Relacionar a crise do crédito irlandês e a bolha imobiliária irlandesa, com o intuito de apontar o que levou à Irlanda a entrar em crise em 2008 e se recuperar posteriormente.
- Analisar o papel do IDE na economia irlandesa.

### 1.2.3 Justificativa

Devido ao fato de adesões a grupos econômicos serem controvérsias e terem trajetórias diferentes, busca-se através deste trabalho descrever e analisar o rumo que a economia irlandesa assumiu após sua entrada na então Comunidade Econômica Europeia em 1973, assim como investigar os motivos por trás da drástica mudança de posição do país na economia mundial, passando de um país periférico europeu na década de 1960 a um país que convergiu ao centro econômico europeu na década de 1990.

O expressivo crescimento econômico vivenciado no país desde a década de 1990 até 2015 é um ponto intrigante, mesmo contando com uma breve ruptura de crescimento entre 2008 e 2012.

Em 2015, a Irlanda vivenciou um crescimento do PIB de 26,3% ao ano segundo o FMI. Esse é um dos principais motivos que levaram a este trabalho a ser escrito, a busca pelos motivos por trás deste crescimento.

### 1.3 METODOLOGIA

O presente estudo se encontra fundamentado em dois tipos de pesquisa: a pesquisa descritiva e a pesquisa explicativa. De acordo com Gil (2002), o estabelecimento de relações entre variáveis é um dos objetivos da pesquisa descritiva. As variáveis a serem analisadas e descritas no trabalho são o PIB e o IED, que apontam como a Irlanda conseguiu se recuperar da crise de 2008.

Com relação à pesquisa explicativa, tem-se a preocupação central de apontar os acontecimentos políticos e econômicos que contribuíram para a saída da crise da Irlanda.

O estudo compreende a pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é feita com base em material já elaborado anteriormente, constituído principalmente a partir de livros e artigos científicos. Os dados foram coletados nas principais bases de dados disponíveis, como o Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu, Banco da Irlanda, entre outros. Esses dados foram utilizados para mapear a trajetória econômica.

A pesquisa está dividida na forma de capítulos, sendo que o primeiro está destinado a introduzir o tema e problema de pesquisa, os objetivos e a metodologia

O segundo capítulo abrange o referencial teórico, o qual é composto por três partes. A primeira tem o intuito de descrever e conceituar as etapas do processo de integração econômica. A segunda parte busca apresentar os tratados que deram origem à União Europeia, e a última busca situar a Irlanda 20 anos antes de se unir à U.E.

O terceiro capítulo trata de levantar as principais mudanças ocorridas no país, até 20 anos após a sua adesão à U.E.

O núcleo deste trabalho é o quarto capítulo, que apresenta e explica a crise dos anos 2000 e sua recuperação. Este capítulo está dividido em três partes: a Bolha Imobiliária irlandesa, A crise irlandesa do crédito e a Irlanda a renascer da crise.

Desse modo, o último capítulo corresponde à conclusão e considerações finais, determinados através da base bibliográfica estudada.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando que a entrada da Irlanda na CEE foi um fator crucial para o seu crescimento, a primeira parte do capítulo 2 busca explicar as cinco principais etapas da integração econômica, para poder diferenciá-las entre si e entender a qual delas o país em questão está inserido e quais são as consequências de sua participação. A segunda parte trata sobre os tratados que deram origem a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e suas mudanças até se tornar a União Europeia. Através de tais informações, consegue-se visualizar as mudanças principais que ocorreram ao grupo do qual a Irlanda começou a fazer parte em 1973. A última parte deste capítulo tem por intuito descrever a situação política e econômica do país de 1953-1973, período em que o país vivencia uma série de mudanças devido a adesão ao grupo da União Europeia, levantando os principais marcos do período em questão.

### 2.1 ETAPAS DA INTEGRAÇÃO

A integração econômica é um processo composto por várias etapas, podendo ser dividida em cinco etapas principais, da mais simples a mais robusta, a saber: Tarifas Preferenciais, Zona de Livre Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum e União Econômica.

Todas as etapas da integração econômica são estabelecidas por regulações e protocolos através do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) e sua sucessora a Organização Mundial do Comércio (OMC). O GATT foi criado após a Segunda Guerra Mundial devido ao desejo de união e de cooperação econômica após as duas guerras. Sendo formado e desenvolvido após diversos encontros de negociação entre, inicialmente, 23 países no ano de 1947, no ano de 1994 obteve 123 países reunidos para conversações comerciais. Em 1995, o GATT foi substituído pela OMC, com a principal função de “assegurar que o comércio fluísse sem dificuldades como previsto e tão livremente quanto possível” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, 2014). Atualmente, a OMC consiste de 164 países-membro.

Em 2006, membros do OMC definiram que todos os acordos comerciais seriam reportados a OMC com o intuito de aumentar a transparência das negociações mundiais. Uma base de dados com detalhamentos de todos os acordos está disponível no site da OMC

(ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, 2018A). A OMC certifica que, até o dia 1 de Maio de 2018, existem 287 desses acordos em vigência (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, 2018A).

### **2.1.1 Tarifas Preferenciais**

A forma mais básica de um acordo comercial é um tratado de tarifa preferencial, também conhecido como acordo de comércio regional. Tal fato é um tratado entre um grupo de países não com a intenção de eliminar, mas de reduzir tarifas em certos produtos, sendo visto como o primeiro passo em direção à integração econômica. A principal diferença entre um tratado de tarifa preferencial e um acordo de livre comércio é que, no primeiro, as tarifas ainda existem, embora em uma taxa menor. O grande benefício de um tratado de tarifa preferencial é o aumento no comércio de certos produtos entre países de uma forma que haja a necessidade de um acordo mais simples que o de outros níveis de integração, porém devido as tarifas ainda existentes, ainda há fronteiras comerciais. De acordo com a OMC(2018A), o objetivo final de um tratado de tarifa preferencial entre países deve ser a formação de uma área de livre comércio.

### **2.1.2 Zona de Livre Comércio**

Uma zona de livre comércio é fruto de um acordo entre países que resulta na eliminação de todas as tarifas e restrições quantitativas no comércio mútuo (JOVANOVIĆ, 2015). Por não ocorrer uma política comercial comum entre os países nem o estabelecimento de tarifas externas válidas para todos, não se classifica como uma união aduaneira. Entre suas vantagens estão o aumento do comércio entre os países participantes, a redução das taxas e tarifas das relações comerciais e também a formação de um bloco econômico futuramente.

É tido como o segundo estágio de uma integração econômica com o objetivo final de aumentar o comércio dentro da própria área (O’SULLIVAN; SHEFFRIN, 2003). Diferentemente de uma união aduaneira, uma tarifa externa comum não existe em uma zona de livre comércio, significando que membros dessa área têm uma tributação diferente com os países fora dela. Portanto, apenas produtos com um certificado de origem dos países da zona livre de comércio estão sujeitas à eliminação das taxas. Objetiva-se, com isso, prevenir evasão tarifária pela “reexportação”, além disso, países dentro da zona têm regras nas quais a

certificação é chamada de “regras de origem”. O principal benefício da zona de livre comércio é que o comércio de produtos deve beneficiar todas as nações participantes, resultando em uma maior comercialização. A desvantagem está no fato de que “regras de origem” tendem a ser complexas, particularmente se produtos foram parcialmente manufaturados fora da área do livre comércio e parcialmente dentro dela. O Acordo de Livre Comércio do Norte Atlântico é um exemplo de uma zona de livre comércio entre os Estados Unidos, Canadá e México.

### **2.1.3 União Aduaneira**

Em uma união aduaneira não só os países membros removem tarifas e restrições quantitativas em sua zona de livre comércio, como também introduzem uma tarifa externa comum para comércio com países não membros. Isso faz com que frequentemente dificuldades sejam encontradas, especialmente para firmar valores de tarifas externas comuns (JOVANOVIĆ, 2015). De acordo com Jovanović (2015), esse é o motivo pelo qual se verificam poucas uniões aduaneiras e muitas zonas de livre comércio no mundo real.

Sendo o terceiro estágio de uma integração econômica, os membros da união estabelecem uma política comum de comércio exterior conforme definida no mandato original do GATT (GATT, 1994). O principal benefício desse acordo é que as “regras de origem” não são necessárias, tendo em vista que todos os bens importados para a área estão sujeitas a uma mesma tributação. A Comunidade Andina é um exemplo de uma união aduaneira, a qual consiste da Bolívia, Colômbia, Equador e Peru.

### **2.1.4 Mercado Comum**

Em um mercado comum, além de uma união aduaneira, também há livre mobilidade dos fatores de produção. Neste ponto, são inseridas restrições ao movimento de fatores de produção de países não membros para os países membros (JOVANOVIĆ, 2015).

O próximo passo para uma integração econômica é o mercado comum. Envolvendo uma complexa aduana com tarifação ausente (ou reduzida) para capital e serviços. Caso esteja incluído o livre tráfego de pessoas, será um mercado único. O Mercado Comum do Sul (Mercosul) consiste de um tratado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com acordos além do Mercosul e outras nações e blocos comerciais (ROBSON, 2002).

### **2.1.5 União Econômica**

Jovanović (2015) ressalta que uma união econômica implica não apenas a existência de um mercado comum, mas também a existência de uma sincronização fiscal, monetária, industrial, regional, de transporte e outras políticas econômicas. A União Europeia é um exemplo de uma união econômica com membros da Zona do Euro, sendo parte de uma economia desenvolvida e uma união monetária.

Segundo Jovanović (2015), uma união econômica envolve integração adicional entre os membros, os quais devem adotar políticas econômicas comuns e permitir o livre fluxo de produtos, serviços e pessoas. Caso os membros intensifiquem a união e adotem a mesma moeda, trata-se de uma união econômica e monetária. Seu principal privilégio é aumentar a troca entre os membros, pois a moeda comum reduz custos e riscos. Tem-se a União Europeia como exemplo de uma união econômica, na qual 19 países são parte de uma única unidade econômica e monetária.

### **2.1.6 Integração Econômica Total**

Na última etapa do processo de integração, está presente a integração econômica total. Nessa fase, temos uma política econômica única e um governo supranacional com ótima autoridade econômica. Não existe a presença de barreiras administrativas referentes a circulação de bens, serviços ou fatores de produção (JOVANOVIĆ, 2015).

O estágio final de uma integração é conhecido como uma união econômica total. Envolvendo um acordo econômico com uma harmonização fiscal e monetária, o objetivo desse tratado é o funcionamento de todos os países como uma única entidade econômica. Os Estados Unidos da América são um modelo de operação desse comércio (BALASSA, 2011).

## **2.2 A FORMAÇÃO DA ATUAL UNIÃO EUROPEIA**

A segunda parte deste capítulo está dividida em tratados que levaram a CECA a virar a União Europeia ou que tiveram de certa forma alguma influência ou relevância para o grupo, como é o caso do Tratado de Schengen. Através de tais informações, consegue-se visualizar as mudanças principais que ocorreram ao grupo do qual a Irlanda começou a fazer parte em 1973.

### **2.2.1 Tratado de Paris (1951)**

Com o término da segunda guerra mundial, em 1945, a Alemanha, a França, a Itália, a Bélgica, Luxemburgo e a Holanda celebraram o Tratado de Paris, que deu origem, à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), a primeira das três Comunidades Europeias (OLIVEIRA, 2005).

O Tratado tinha por fim quatro objetivos principais: a criação de um mercado comum ao setor do carvão e do aço; a livre circulação de fatores no âmbito setorial; a aspiração política de contribuir com o desenvolvimento da África; e o estabelecimento de uma federação europeia (OLIVEIRA, 2005).

### **2.2.2 Tratado de Roma (1957)**

Os seis estados membros da CECA se reuniram em Messina em 1955, para verificar a possibilidade de implantação do projeto de união econômica europeia de Paul-Henri Spaak, que acabou sendo aprovado em Veneza em 1956, levando ao surgimento da Comunidade Europeia de Energia Atômica e da Comunidade Europeia (CEE) mais tarde, em 1957, quando foram conduzidas pelo Tratado de Roma. (OLIVEIRA, 2005)

A Comunidade Europeia de Energia Atômica (CEEA) almejava o desenvolvimento rápido das indústrias nucleares europeias, através de seis comprometerimentos assinados no tratado: difusão dos conhecimentos técnicos; tornar mais simples o investimento na área; estabelecer normas de proteção e segurança para população e trabalhadores; velar para o abastecimento regular; utilização pacífica deste material; criação de um mercado comum para os investimentos nucleares e a livre circulação dos fatores de produção (OLIVEIRA, 2005).

Segundo Oliveira (2005), o CEE tinha por objetivo promover um desenvolvimento harmonioso das atividades econômicas ao conjunto da comunidade, manter a expansão contínua e equilibrada, apresentar estabilidade crescente e acelerar a elevação do nível de vida e relações mais diretas entre os estados que a integrassem.

### **2.2.3 Tratado de Fusão (1965)**

O Tratado de Fusão dos Executivos estabeleceu instituições únicas para as Comunidades Europeias, a CECA, a CEE e a CEEA. Isso tornou possível o início de uma nova era para o processo de construção de uma Europa integrada. Em 1968, foi concluído o

trâmite de eliminação de tarifas ao comércio entre países-membros, instaurando a Tarifa Exterior Comum (TEC) (OLIVEIRA, 2005).

#### **2.2.4 Tratado de Schengen (1985)**

O Tratado de Schengen foi assinado em 14 de Junho de 1985 pela França, Alemanha, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo, na cidade de Schengen em Luxemburgo. O Tratado tinha por intuito abolir as fronteiras internas no que se refere a controle aduaneiro, facilitando, deste modo, a circulação de cidadãos no continente europeu (SILVA, 2011).

Entretanto, apenas em 1997 o acordo foi integrado no âmbito jurídico e institucional da União Europeia, por meio do Tratado de Amsterdã (SILVA, 2011).

#### **2.2.5 Tratado do Ato Único Europeu (1986)**

O Tratado do Ato Único Europeu foi um dos mais importantes tratados na constituição das Comunidades Europeia, nele foram introduzidas o Conselho Europeu e a reunião dos Chefes de Estado e de Governo (OLIVEIRA, 2005).

Através dele ocorreu a constituição de um mercado interior único, onde, além de serem revogadas as tarifas, deveriam também ser extinguidas as outras barreiras físicas, técnicas e fiscais etc., com a intenção de ter um espaço sem fronteiras interiores para mercadorias, pessoas, serviços e capitais (OLIVEIRA, 2005).

#### **2.2.6 Tratado de Maastricht (1992)**

O Tratado de Maastricht deu origem à União Europeia, que foi originada tendo como pilar as Comunidades Europeias existentes (a CEE, a CEEA e a CECA). De acordo com Oliveira (2005), os objetivos da União Europeia estão relacionados com os Três Pilares de sua sustentação. O Primeiro pilar seria a criação de um espaço sem fronteiras e a livre circulação de pessoas, mercadorias e capitais que teria sido estabelecido no Tratado de Roma e acrescido do Tratado do Ato Único Europeu para acrescentar através deste tratado a união econômica e monetária e sua moeda única. O Segundo Pilar seria a criação de uma identidade de União Europeia para com o resto do mundo. O Terceiro Pilar trata da criação da cidadania europeia, só um cidadão de um país membro pode ter cidadania europeia (OLIVEIRA, 2005).

### **2.2.7 Tratado de Amsterdam (1997)**

O Tratado de Amesterdão introduziu novas garantias na proteção dos direitos fundamentais, criou uma política comunitária do emprego, tornou comum matérias no âmbito da Justiça e dos Assuntos Internos, reformou a Política Europeia de Segurança Comum, assim como promoveu um aumento dos poderes do Parlamento Europeu (COELHO, 2007).

### **2.2.8 Tratado de Nice (2003)**

O Tratado de Nice fez a reforma das instituições, com o intuito de permitir o bom funcionamento da União Europeia nos anos seguintes, onde ela passaria por uma expansão, em 2004 passou de 21 países para 25 Estados Membros e, posteriormente, em 2007 aumentou para 27 Estados Membros. Referente à Comissão Europeia, houve a ponderação dos votos no Conselho e o alargamento das votações por maioria qualificada. (COELHO, 2007).

### **2.2.9 Tratado de Lisboa (2007)**

O Tratado de Lisboa emenda os Tratados da União Europeia (1992) e o Tratado das Comunidades Europeias (1957 com várias mudanças ao longo dos anos). O tratado tornou mais rápido os processos de tomada de decisões, tornando as instituições europeias mais eficientes (COELHO, 2007).

Segundo Coelho, (2007) as principais conquistas do tratado são: reduzir as votações por unanimidade, tornar a Europa mais cidadã através da Carta dos Direitos Fundamentais (criada em Nice, que agora conta com valor jurídico), permitir aos europeus proporem leis através da petição legislativa, maior envolvimento dos Parlamentos Nacionais no processo legislativo, fazer com que o presidente do Conselho Europeu passe a ser eleito e a diminuição da comissão para torná-la mais eficaz.

Tendo isso em mente e sabendo dos benefícios e comprometimento dos países quando aderem a algum tipo de grupo econômico e os tratados que deram origem à atual união europeia, analisaremos a situação irlandesa do pós-guerra até sua entrada ao principal grupo econômico do continente europeu, a CECA.

### 2.3 A IRLANDA ANTES DA UNIÃO EUROPEIA (1953-1973)

Este tópico do capítulo 2 tem o propósito de descrever em que situação política e econômica a Irlanda se encontrava no período de 1953 a 1973, buscando identificar os principais eventos que impactaram sua economia no período.

A década de 1950 é conhecida como ‘os anos perdidos’ na Irlanda (GARVIN, 2011). O país dependia da agricultura e, apesar de sua recente independência do Reino Unido, continuava dependendo de suas trocas com o país (93% das exportações irlandesas eram destinadas para o Reino Unido em 1954) (MARGLIN; SCHOR, 1992). A economia irlandesa não estava se beneficiando do crescimento pós-guerra vivenciado em diversos países europeus, além de ter um alto desemprego e uma grande emigração (MARGLIN; SCHOR, 1992). Seguido da independência, que ocorreu em 1922, o governo irlandês seguiu uma política de caráter autossuficiente. O investimento direto externo era baixo e desestimulado pelas medidas protecionistas, como o ‘*Control of Manufacturers Act 1932*’. Essas medidas continuaram pelos anos seguintes. O desemprego estava alto e a dívida do estado estava aumentando. O nível educacional era baixo e o nível de emigração estava alto com a emigração líquida irlandesa subindo de 250.000, na década de 1940, para 409.000, na década de 1950 (SWEENEY, 1998). Além disso, em resposta ao déficit orçamentário, o governo introduziu diversas medidas de austeridade, aumentando impostos e diminuindo o gasto público. Diversos economistas conceituados do país pediam por uma profunda mudança na política do governo (GRÁDA, 2008).

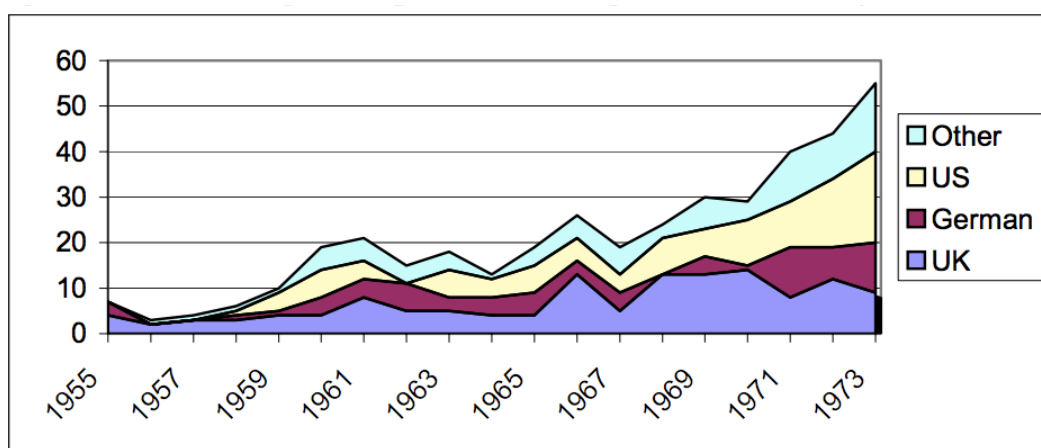
Entre eles estava o T. K. Whitaker, nomeado Secretário do Departamento de Finanças, em 1956. Whitaker apoiava fortemente a ideia de livre comércio e acreditava que a única maneira de salvar a economia irlandesa era através de uma economia de livre comércio e que encorajasse investimentos. Uma de suas frases que fizeram história foi: “Foi obviamente doloroso, mas não havia uma visão de um futuro próspero se continuássemos dependentes do mercado britânico.” (MURPHY, 2010, p 269).

Ao final da década de 1950, as políticas protecionistas do governo irlandês tornaram-se cada vez mais infrequentes. Em 1957 a Irlanda começou a fazer parte do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Estes fatores, junto a uma mudança de governo em 1959, são considerados marcos na mudança de política do país. O novo primeiro ministro irlandês, Séan Lemass, foi um dos pioneiros para abrir a economia da Irlanda para o comércio exterior, para além do Reino Unido. Ele anteriormente afirmou que é o maior erro irlandês era a constante tendência de eliminar a competição (GARVIN, 2011).



O *First Programme of Economic Expansion* criado pelo Doutor Whitaker foi também liberado neste ano e delineou grandes números de medidas políticas com o intuito de abrir e diversificar a economia irlandesa. A recém-criada IDA (Associação do Desenvolvimento Industrial) e o *Córas Tráchtála* (Conselho das Exportações Irlandesa) foram partes fundamentais desta nova política. Em Julho de 1958, *'The Industrial Development (Encouragement of External Investment) Act'* removeu várias das restrições do *'Control of Manufactures Acts'*, o qual havia discriminado contra o capital estrangeiro desde a década de 1930 (GRÁDA, 2008). Incentivos fiscais foram introduzidos para encorajar o investimento e as exportações por empresas instaladas no país incluindo aluguéis de terrenos industriais e comerciais providos pelo governo, ajuda governamental para construções e a abolição de tarifas para importação de matéria-prima. O Auxílio Fiscal a Lucros oriundos de Exportações (EPTR) foi introduzido, o que permitiu 50% de isenção fiscal em todos os lucros oriundos de exportações o qual foi elevado para 100% dois anos após para aumentar ainda mais o êxito do programa (BARRY, 2006). O programa permitiu isenção total para tal categoria por 15 anos a taxa de 100%, isso resultou em um aumento significativo no investimento direto externo na Irlanda com um grande número de novas empresas estrangeiras abrindo filiais ou estabelecendo-se na Irlanda nos anos seguintes, como vemos no gráfico 1.

Gráfico 1. Novas empresas estrangeiras abrindo representação na Irlanda-1955-1973



Fonte: IDA Apud Barry (2006).

O governo irlandês viu o futuro da Irlanda como sendo guiado e sustentado pelas exportações e pelo investimento direto externo. O acesso a Comunidade Econômica Europeia foi essencial para isso, pois desta maneira o país que já contava com um alto nível educacional, e mão de obra nativa em inglês, ganhou um elemento chave: acesso ao mercado

européu em 1973, fazendo com que houvesse livre circulação de bens e serviços entre o bloco. A primeira tentativa de entrar no grupo da CEE foi em 1963. O pedido foi rejeitado devido ao fato de a nova economia irlandesa, apesar de ter se tornado mais aberta, ainda assim era dependente do setor agrícola, de exportações para o Reino Unido, e vista como sendo economicamente inadequada para a CEE (KEOGH, 1997).

O ‘*Second Programme for Economic Expansion*’ foi finalizado em 1963 e estimulou o governo irlandês a continuar buscando uma economia mais aberta e diversificada para o país. Em 1965 o *Anglo-Irish Free Trade Area Agreement* (AIFTAA) foi assinado, permitindo às empresas irlandesas acesso sem taxas ao Mercado do Reino Unido. Seguindo um relatório-chave da OECD em 1966, o ensino médio tornou-se gratuito a partir de 1967 (GERALD, 1999). Esta política foi apoiada por governos subsequentes e teve um profundo impacto no nível educacional do país. Além disso, na década de 1960, a Irlanda vivenciou uma extensiva expansão e modernização do Sistema de Bem Estar Social. As políticas obtiveram um significativo efeito na redução da emigração, devido, agora, ao maior número de empregos oferecidos no país e um aumento da remuneração da mão de obra (SWEENEY, 2004). Houve também um aumento da diversificação da economia irlandesa, devido ao acesso ao mercado britânico e o aumento do nível educacional no país, que agora dispunha de uma mão de obra qualificada em mais áreas. Estas políticas tiveram um efeito significativo em reduzir a emigração e aumentar a diversidade da economia irlandesa. A emigração líquida caiu para 135.000 durante a década de 1960 (GERALD, 1999). Em 1973 o governo irlandês submeteu o terceiro pedido para entrar na CEE, sendo então aceito. Este é o marco mais importante de mudanças na economia irlandesa dos tempos modernos.

Os anos acima mencionados foram anos em que uma economia pequena e protecionista buscou aumentar sua abertura econômica para diminuir sua dependência econômica do Reino Unido. Além disso, a Irlanda viveu também mudanças drásticas em relação ao recebimento de IED, que já começavam a gerar grande impacto econômico. Em 1973, a Irlanda teve seu terceiro pedido aceito, começando, então, a fazer parte da CECA e ganhando, assim, uma série de benefícios, entre eles o livre acesso ao mercado europeu, fazendo com que a economia começasse a vivenciar uma série de mudanças estruturais, políticas e econômicas no país.

### 3 A IRLANDA 20 ANOS APÓS UNIR-SE A UNIÃO EUROPEIA (1973-1993)

O capítulo 3 analisará as mudanças ocorridas na Irlanda após a adesão a atual U.E, buscando dar ênfase nas mudanças políticas, nas exportações, na balança comercial e no IED que começaram a melhorar a situação econômica do país. Além de verificar dados de desemprego e emigração.

O novo plano de política irlandesa estava focado em ser uma economia mais aberta ao comércio e movida pelas exportações e o IED. Ao entrar na CEE ganhou acesso ao comércio no mercado central europeu, o que por sua vez era de extrema importância para o plano governamental, o qual pretendia acabar com a extrema dependência do Reino Unido (BARRY, 2006). Conforme a tabela 1, no começo da década de 1970, a Irlanda continuava dependente do Reino Unido para a maior parte de suas trocas. A Tabela 1 exhibe, em milhões de euros, o valor das importações e exportações irlandesas em um período de cinco em cinco anos.

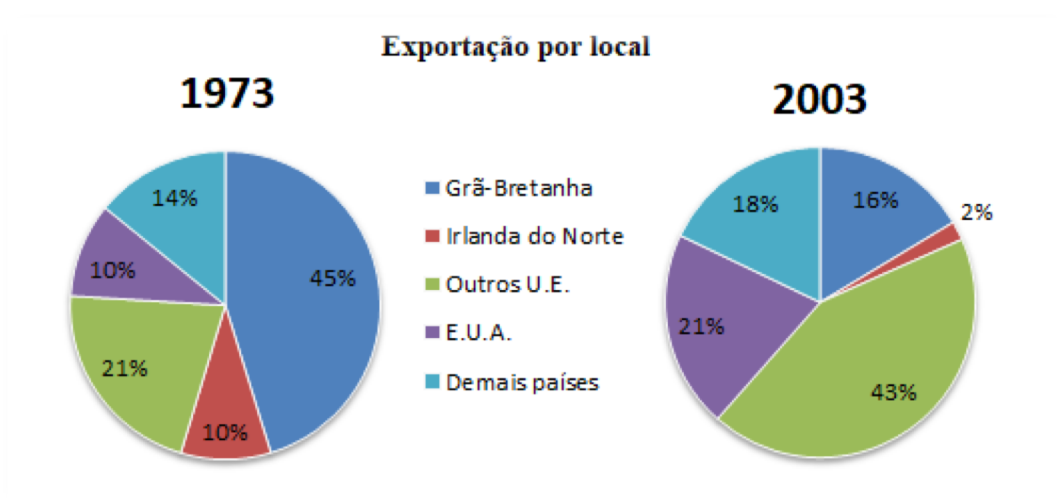
Tabela 1. Importação e Exportação Irlandesa de 1973 até 2003

	1973	1978	1983	1988	1993	1998	2003
€m							
<b>Importações</b>							
Grã-Bretanha	678	2.125	3.842	4.965	6.257	12.394	13.643
Irlanda do Norte	54	205	397	499	530	1.073	1.037
Outros U.E.	301	981	2.054	3.111	3.840	8.111	11.823
E.U.A.	99	397	1.375	2.061	3.213	6.363	7.390
Demais países	311	1.007	1.685	2.333	5.060	11.775	13.632
<b>Total</b>	<b>€1.443</b>	<b>€ 4.715</b>	<b>€ 9.353</b>	<b>€12.969</b>	<b>€ 18.900</b>	<b>€ 39.716</b>	<b>€ 47.525</b>
<b>Exportações</b>							
Grã-Bretanha	499	1.462	2.620	4.562	6.259	11.417	13.462
Irlanda do Norte	104	315	633	961	890	1.504	1.610
Outros U.E.	235	1.137	2.829	6.038	9.918	26.121	35.470
E.U.A.	109	232	717	1.206	2.273	7.743	16.924
Demais países	156	616	2.017	2.857	5.839	10.537	14.710
<b>Total</b>	<b>€ 1.103</b>	<b>€3.762</b>	<b>€ 8.816</b>	<b>€ 15.624</b>	<b>€ 25.179</b>	<b>€ 57.322</b>	<b>€ 82.176</b>

Fonte: CSO (2004)

Em 1973, como mostra o gráfico 2, 55% do valor das exportações irlandesas foram destinados ao Reino Unido. Em 1983 essa taxa havia caído para 45% e posteriormente caiu para menos de 36% em 1993(CSO, 2004). O que mostra que após a abertura para a atual União Europeia em 1973, não só suas exportações destinadas ao bloco (com exceção da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte) mais que dobraram de 1973 a 2003, como também seu comércio com o E.U.A. mais que duplicaram. Isso evidencia a diminuição drástica da sua dependência comercial com a Grã Bretanha e Irlanda do Norte em termos percentuais.

Gráfico 2. Exportações irlandesas e seu destino em percentual total das exportações.



Fonte: CSO (2004)

O valor das exportações irlandesas cresceu rapidamente e na década seguinte, após juntar-se à CEE, a Irlanda havia passado de um país com déficit comercial para um país com superávit comercial, o qual continuou a subir nas décadas subsequentes.

Tabela 2. Balança comercial irlandesa de 1973 á 2003 em milhões de euros.

	€m		
	Importações	Exportações	Balança Comercial
1973	1.444	1.104	<b>-340</b>
1978	4.715	3.763	<b>-952</b>
1983	9.354	8.817	<b>-537</b>
1988	12.970	15.624	<b>2.654</b>
1993	18.900	25.179	<b>6.279</b>
1998	39.715	57.322	<b>17.607</b>
2003	47.525	82.176	<b>34.651</b>

Fonte: CSO (2004)

As mudanças que ocorreram na economia da Irlanda podem também ser vistas em proporção dos diferentes tipos de exportações produzidos no país. Em 1973, a maioria das exportações era do setor agrícola. A dependência do país na agricultura era fortemente criticada pelo Doutor T. K. Whitaker, entre outros economistas locais. A agricultura permaneceu de extrema importância, mesmo depois da entrada na CEE e por décadas subsequentes. A indústria havia se modernizado e diversificado (GRÁDA,2008).

A participação irlandesa na CAP (*European Common Agricultural Policy*) permitiu aos fazendeiros irlandeses uma sensação de segurança e o acesso a novos mercados consumidores (HENNESSY; KINSELLA, 2013). A Tabela 3 mostra as principais categorias de exportações do país expressa em milhões de euros. Vê-se que a maior parte das exportações mudam do setor de comida, bebida e tabaco em 1973 para produtos químicos em 2003.

Tabela 3. Principais Categorias de exportações expressa em milhões de euros

	€m						
	1973	1978	1983	1988	1993	1998	2003
Comida, bebida e tabaco	477	1.515	2.446	4.002	5.569	5.668	6.822
Produtos químicos	75	451	1.224	2.048	4.855	18.156	35.732
Maquinaria e transporte	109	521	2.303	4.876	7.303	21.444	23.401

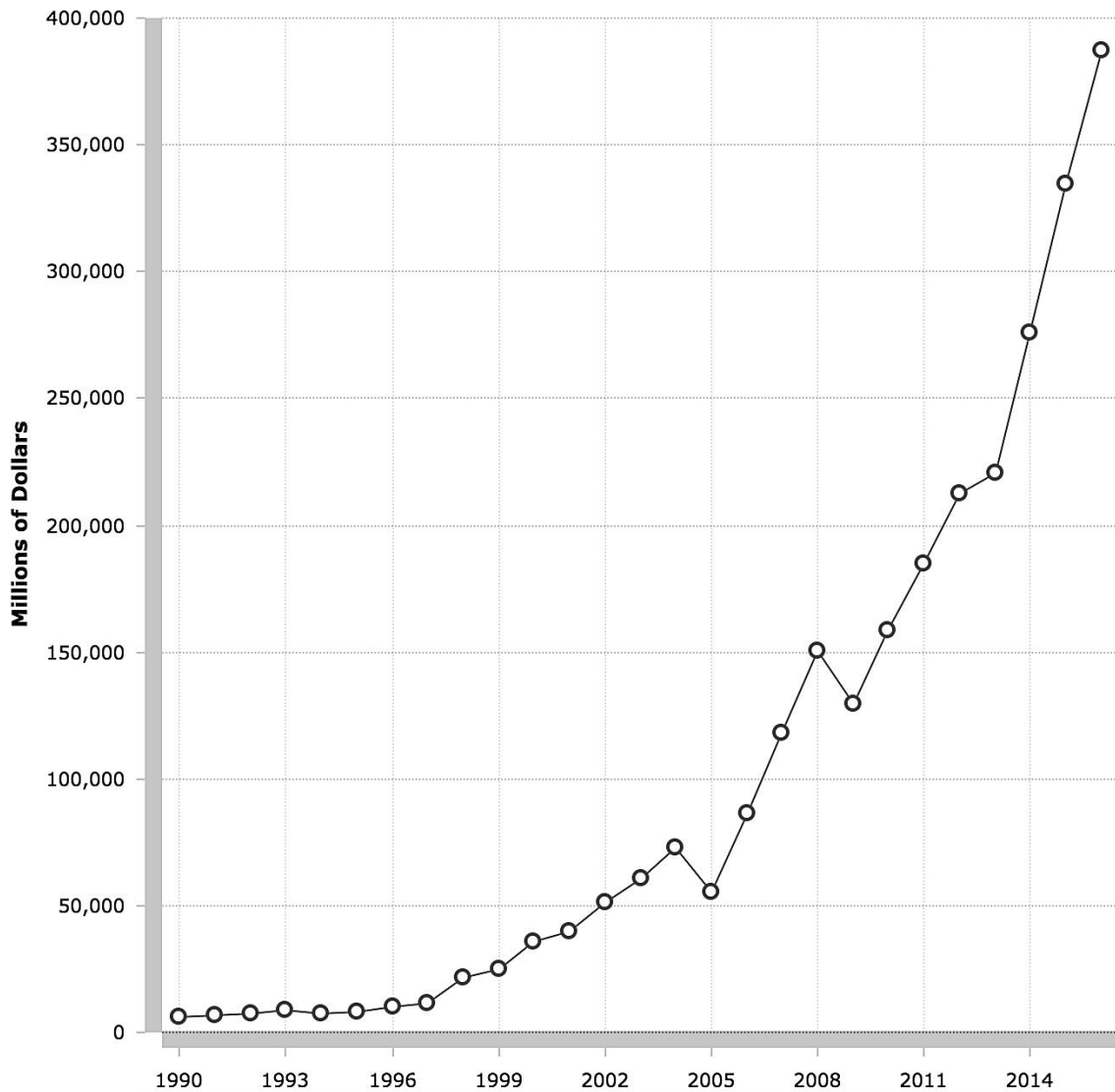
Fonte: CSO (2004)

Parte da mudança na pauta de exportação pode ser explicada pelo IED investido na Irlanda, principalmente pelo IED oriundo dos E.U.A, que começou a causar uma mudança significativa na composição das exportações, a qual viu um expressivo aumento na quantidade de exportações de alta complexidade. A soma total de todos os IED de origem Americana foram de \$6 milhões em termos nominais 1958, com mais de 80% do total localizados no setor de petróleo. Em 1973, quando a Irlanda uniu-se à atual União Europeia, o valor aumentou para \$269 milhões (em termos nominais) dos quais 90% foi em manufaturas, que eram produzidas na Irlanda com capital americano e posteriormente exportadas (HERRMANN; LIPSEY, 2003).

O *Export Profits Tax Relief* (EPTR) criado em 1956, o qual reduziu impostos elegíveis (principalmente em manufaturas), terminou em 1978, este foi substituído por uma competitiva *Low Corporation Tax* de 10% (BARRY, 2006). Em 1983, o investimento dos E.U.A superou \$2.5 bilhões e, apesar de uma queda no final da década de 1980, até metade da década de

1990 manteve-se relativamente estável, crescendo razoavelmente da metade da década até 2004, e a partir desta apresentando fortes altas, mesmo que em 2009 apresentou uma pequena queda, como mostra o gráfico 3.

Gráfico 3. Investimento Direto Externo americano na Irlanda em milhões de dólares



Fonte: U.S Department of Commerce (2018).

Este aumento no IED começou a criar uma significativa divergência entre o PIB e o PNB do país. O Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Nacional Bruto (PNB) são medidas de produção em uma economia. O PIB mede a produção total em um determinado período, ou seja, o valor gerado por empregados, empresas e trabalhadores autônomos em uma economia. Entretanto, o dinheiro gerado pode não permanecer com residentes no país, assim como residentes podem receber renda do exterior. O valor total da produção gerada que permanece com residentes dentro da economia é chamado de PNB. Diferente do PNB, o PIB consiste no

valor total de bens de e serviços produzidos em uma economia, sejam eles de residentes ou não residentes.

Para muitos países não há uma grande divergência entre PIB e PNB. Em 2015, por exemplo, o PIB no Brasil foi US\$1 804 trilhões e o PNB foi US\$1 765 trilhões (o PNB representou 97.8% do PIB). O PIB alemão foi de US\$ 3 376 trilhões e o PNB foi US\$ 3 438 trilhões (o PNB representou 101.8% do PIB). Entretanto na Irlanda, no ano de 2015, o PIB foi US\$ 290 617 bilhões e o PNB foi US\$ 229 836 bilhões (o PNB representou 79% do PIB). Essa significativa divergência se deve ao fato de repatriação de lucros oriundos de empresas estrangeiras em funcionamento na Irlanda. Esta divergência mostra a importância do IDE na economia irlandesa (WORLD BANK, 2018).

O PIB começou a superar o PNB na década de 1980 e a diferença entre os dois vem aumentando desde então.

Tabela 4. PIB e PNB com ano base de 1995 de 1973-2003

	€m	
	<b>1995</b>	
	<b>PIB a preços de mercado</b>	<b>PNB a preços de mercado</b>
1973	21.389	22.487
1978	26.380	26.640
1983	29.031	27.667
1988	34.902	31.330
1993	45.307	40.549
1998	68.641	59.431
2003	97.756	77.029

Fonte: CSO (2004)

Enquanto o acesso ao mercado comum europeu e incentivo como a baixa taxaço de corporações foram fatores cruciais para aumentar o IED na Irlanda, outro fator é visto como fundamental para entender o êxito da economia irlandesa, o aumento do nível educacional. A disponibilidade de mão de obra qualificada e fluente em inglês foi tida como vital para atrair investimentos, em particular dos E.U.A. Mesmo apesar dos cortes no gasto do governo na década de 1980, o sistema educacional permaneceu como prioridade na Irlanda e o investimento na educação foi continuado. O número de alunos matriculados no nível secundário e na educação superior aumentava ano após ano. O ensino fundamental vivenciou

uma diminuição de 1988 /1989 para 1993 /1994 devido a uma queda na taxa de natalidade (CSO, 2004).

Tabela 5. Número de Alunos por nível educacional

<b>Ano escolar</b>	<b>Ensino Fundamental</b>	<b>Ensino Médio</b>	<b>Ensino Superior</b>	<b>Total</b>
1973/1974	521.168	238.233	27.135	<b>786.536</b>
1978/1979	545.218	289.196	35.675	<b>870.089</b>
1983/1984	563.509	321.812	48.411	<b>933.732</b>
1988/1989	560.116	339.327	60.747	<b>960.190</b>
1993/1994	505.883	368.198	86.624	<b>960.705</b>

Fonte: CSO (2004)

Pela primeira vez em décadas, a Irlanda vivenciou um resultado total de imigração ao invés de emigração na década de 1970 de cerca de 104.000. Esse resultado foi invertido na década de 1980. O nível educacional destes emigrantes era acima de seus antecessores. Cerca de um terço destes possuíam o ensino superior completo ao final da década de 1980 comparado com menos de 20% na década de 1960 (GERALD, 1999).

No final dos anos 1980, houve pouca emigração de pessoas com apenas a educação primária completa enquanto que na década de 1960 eles eram a maioria. Muitos emigrantes estavam agora obtendo empregos no exterior com alto salário e mandando remessas de parte de seu salário de volta ao país.

Tabela 6. Emigração da Irlanda

	<b>Emigração Irlandesa Líquida</b>
Anos 50	409.000
Anos 60	135.000
Anos 70	-104.000
Anos 80	208.000
Anos 90	-37.400
2000 - 2003	-129.900

Fonte: Sweeney (2004)

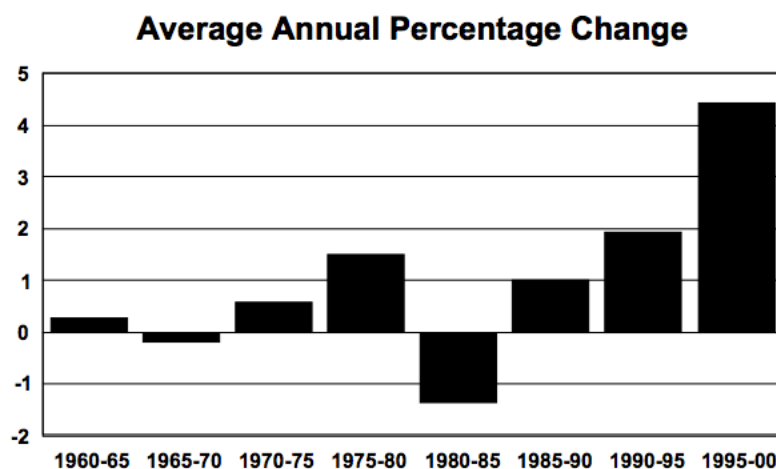


Seguidos pelos sinais de sucesso da década de 1970, os anos 1980 foram anos difíceis para a Irlanda. Um choque global no preço da energia ao final da década de 1970 contribuiu para uma alta inflação e a maioria do mundo desenvolvido vivenciou uma recessão no início da década de 1980.

A Irlanda vivenciou sua ‘Década Perdida’ nos anos 1980. Os ganhos feitos na década de 1970 fizeram um boom na economia irlandesa, houve um aumento das exportações, uma melhora da taxa de emprego e do nível educacional e agora o país vivenciava uma imigração líquida ao invés de emigração. Entretanto, nos anos 1980, isso tudo foi revertido. Um dos motivos para isso foi o gasto excessivo do governo irlandês no final da década de 1970, devido ao sucesso da década anterior (SWEENEY, 1998).

Outro ponto a se destacar foi que em 1979, a Irlanda juntou-se ao *European Exchange Rate Mechanism* (ERM). O ERM foi estabelecido em preparação à introdução de uma única moeda comum na Europa, o Euro. O ERM significou que a Irlanda adotasse uma espécie de ‘taxa de câmbio fixo’ (com uma banda cambial) com outros países da zona do euro (GERALD 1999). O valor da Libra Irlandesa não poderia variar muito das outras moedas do conjunto. Isto fez com que a Libra Irlandesa se tornasse menos competitiva, prejudicando as exportações. O desemprego aumentou na Irlanda na primeira metade da década de 1980, como mostra o gráfico 4, o que levou o país a vivenciar uma forte emigração. Cerca de 208.000 pessoas deixaram o país durante a década de 1980.

Gráfico 4. Variação média anual do nível de emprego em porcentagem



Fonte: Gerald (1999)

Outro problema foi o chamado *'braindrain'* que faz referência aos irlandeses qualificados que deixaram o país na década de 1980 a procura de oportunidades. A Irlanda havia investido massivamente em educação nas décadas anteriores. Em 1980, cerca de 8% dos graduados deixaram o país, em 1985, isto subiu para quase 30% (KING; SHUTTLEWORTH, 1988).

Entretanto uma série de eventos que aconteceram durante a 'Década Perdida' na Irlanda acabariam por delinear o futuro do país. O governo irlandês estava preocupado sobre os efeitos que o ERM teria sobre a competitividade irlandesa, então recebeu do ECOFIN um pacote de benefícios que incluíam £45 milhões para projetos de infraestrutura e a disponibilidade de £1.125 bilhões para empréstimos com baixas taxas de juros. Isto provou ser de extrema ajuda devido ao fato de as taxas de juros terem aumentado durante os anos 1980 (HONOHAN; MURPHY, 2010). A Irlanda estava recebendo fundos estruturais<sup>1</sup> da U.E durante este período. Estes dois eventos juntos, deram apoio para manter o nível de emprego e também permitir com que a Irlanda investisse em infraestrutura durante a recessão econômica.

O *Irish Development Association* (IDA) continuou a persuadir o IED na Irlanda, com o foco em indústrias que requeriam mão de obra qualificada. Os E.U.A. saíram da recessão global em 1983 e as empresas americanas começaram a investir e expandir. Microsoft, Intel, IBM, Lotus, Oracle e outras empresas estabeleceram base na Irlanda durante a década de 1980 (LIEBSCHER et al., 2007). A IDA também identificou o potencial para desenvolver um nicho para o setor de finanças globais na Irlanda e em 1987 *'The Financial Services Act'* estabeleceu *'the International Financial Services Centre'* em Dublin e os serviços financeiros foram incluídos na low Corporation tax de 10% (BARRY, 2004).

Ao final da década de 1980, a economia irlandesa já tinha consolidada e estava pronta para viver a era do Tigre Celta<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup>Fundos Estruturais. Os Fundos Estruturais Europeus têm por intuito dar suporte ao desenvolvimento econômico aos países da União Europeia. Existem muitos tipos de Fundos Estruturais Europeus como o *European Regional Development Fund* (ERDF) que busca fortalecer a coesão econômica e social na União Europeia através da correção de desequilíbrio entre as regiões( Comissão Europeia, 2015). Na década de 1980, os Fundos Estruturais Europeus foram responsáveis por cerca de 3% do PIB irlandês por ano (Banco Central Europeu, 2010).

<sup>2</sup>Tigre Celta. O Tigre Celta é um termo usado para descrever a economia irlandesa da metade da década de 1990 até os anos 2000. A primeira vez que tal expressão apareceu, foi em um relatório do *Morgan Stanley* em 1994.( KIRBY, Peadar et a). O termo é uma referência aos 'Quatro Tigres Asiáticos' o qual se refere a Hong Kong, Singapura, Coreia do Sul, e Taiwan. Estas obtiveram altos níveis de crescimento econômico desde a década de 1960.

A diminuição da dependência econômica do Reino Unido devido ao acesso ao mercado único europeu, as implementações feitas na área da educação, a diversificação dos setores da economia e as políticas econômicas que incentivaram o IED foram essenciais para o início do período do tigre celta. Um fator chave externo também foi essencial para o início de tal: a busca principalmente pelas empresas de informática, tecnologia da informação e farmacêutica em buscar um país que pudessem produzir seus bens ou serviços que estivesse localizado no mercado único europeu para então poder comercializá-los sem a necessidade de pagar taxas referentes a importação.

## 4 A CRISE DOS ANOS 2000 E SUA RECUPERAÇÃO

### 4.1 A BOLHA IMOBILIÁRIA IRLANDESA 2001-2008

O capítulo anterior tratou de esclarecer a posição da Irlanda na geografia econômica mundial, tratando de vários indicadores econômicos e enfatizando as mudanças que começaram a ocorrer pós sua adesão a U.E.

O capítulo 4 tem por intuito descrever a origem e estrutura da crise imobiliária irlandesa buscando estabelecer relações com a crise imobiliária americana.

Nos E.U.A. e na Europa, a ampla oferta de crédito barato no início e meados dos anos 2000, levou a um aumento dos preços do imobiliário em muitos países. No entanto, a dimensão e as consequências deste “boom” variaram de país para país.

“Embora a crise nos E.U.A. a tenha precipitado, a crise financeira irlandesa é considerada independente, e poderia ter acontecido sem o crash nos E.U.A.” (CONNOR; FLAVIN; O’KELLY, 2010, p 1).

De 1991 a 2001, a economia irlandesa cresceu em média 7% ao ano, resultando num PIB per capita equivalente e, conseqüentemente, ultrapassando a média europeia, segundo Kelly (2009):

À medida que a Irlanda atingia os níveis salariais médios da Europa Ocidental por volta do ano 2000, teria sido esperado que esse crescimento caísse para níveis europeus normais. Em vez disso, o crescimento continuou a altas percentagens até ao final de 2007, a partir de quando decresceu vertiginosamente para o negativo (KELLY, 2009, p 129).

Hoje é aceito que se deu um segundo “boom” na sequência desta convergência, um boom no setor da construção.

A Irlanda passou de obter 4-6 por cento do rendimento nacional da construção habitacional nos anos 90 - um nível normal para um país desenvolvido - para 15 por cento no pico da “bolha” em 2006-2007, com outros 6 por cento a vir de outro tipo de construção. Este boom na construção levou a um boom no emprego que, por sua vez, levou os salários em todos os setores da economia a níveis não-competitivos e gerou receitas de impostos que financiaram aumentos substanciais na despesa pública” (KELLY, 2009, p 1).

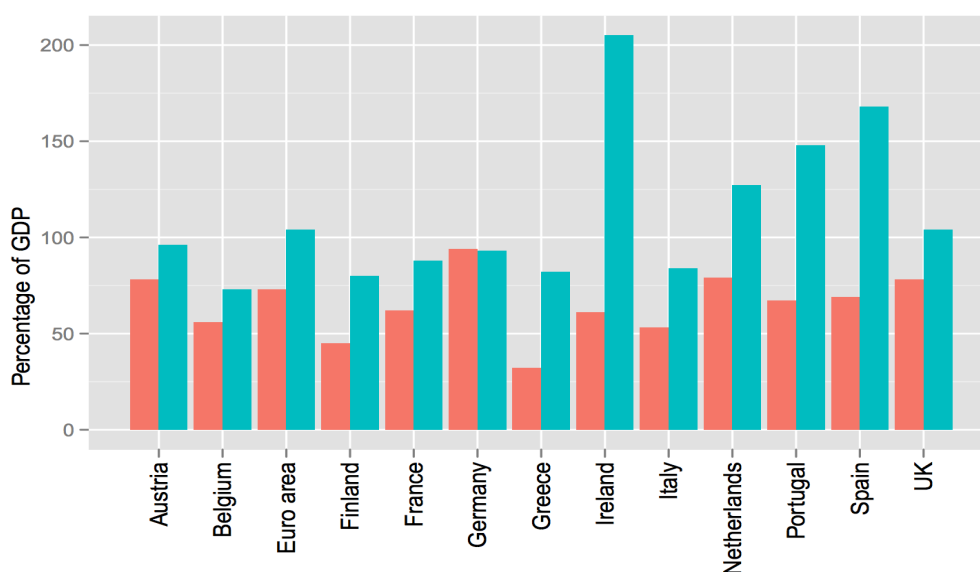
Foi também verificado durante este período um boom no crédito, encorajado por uma regulamentação muito permissiva e crédito barato disponível. A consulta oficial bancária do Banco Central da Irlanda explicou o papel do banco na regulamentação financeira durante a crise. O documento apontou claramente que a regulamentação e as políticas governamentais para a estabilidade financeira foram um fracasso.

Os bancos foram os principais agentes na expansão imobiliária nos últimos cinco anos (HONOHAN, 2010). Houve uma competição acirrada entre eles para vender mais hipotecas, começando também a realizar empréstimos para como de imóveis com depósitos menores. Alguns bancos estavam até oferecendo empréstimos de 100% do valor total da propriedade sem se quer requerer depósitos. (HONOHAN, 2010). Estes empréstimos de risco não foram bloqueados pelos agentes regulatórios.

Durante os anos 2000, uma má regulação financeira permitiu que bancos irlandeses aumentassem significativamente sua participação no mercado imobiliário ao mesmo tempo em que os permitiu diminuir seus critérios de aprovação de empréstimos. Já no ápice da expansão imobiliária, os bancos irlandeses haviam aumentado sua participação total de empréstimos destinados a comprar de imóveis, de menos de 40% antes de 2002 para mais de 60% em 2006. Isso os deixou extremamente expostos quando houve o rompimento da bolha imobiliária. (HONOHAN, 2010)

Enquanto isto acontecia um pouco por toda a Europa, a economia irlandesa passava pela maior expansão no crédito relativamente ao PIB. O gráfico 5 mostra os valores de empréstimos bancários a famílias e a empresas não financeiras em percentagem do PIB nas economias da zona Euro e Reino Unido, em 1997 (vermelho) e 2008 (verde) (KELLY, 2009).

Gráfico 5. Empréstimos bancários em percentagem do PIB em alguns países da zona do euro e Reino Unido



Fonte: Kelly (2009)

Uma grande proporção deste aumento no crédito é relativa ao setor imobiliário e de construção, que levou a um aumento do preço das casas. Em 1995, o preço médio de uma casa na Irlanda era equivalente a 4 anos de salário médio. No final de 2006 o preço das casas novas aumentou para 10 vezes os ganhos médios a nível nacional (KELLY, 2009). “Enquanto que o surgimento da crise nos E.U.A. foi evidente a partir de meados de 2007, quando os incumprimentos começaram a acontecer, a crise irlandesa não se manifestou até um ano mais tarde.” (CONNOR; FLAVIN; O’KELLY, 2010, p. 4). Seriam as decisões tomadas pelo governo irlandês em 2008 e posteriormente que levariam ao pico da crise irlandesa.

Devido ao fato de pertencer à zona do euro, a taxa de juros utilizada no país é estabelecida pelo banco central europeu. O intuito da taxa de juros do BCE é combater a inflação e manter a harmonia econômica nos países membros. No período em questão, mesmo sendo necessário a redução da taxa de juros em alguns países do bloco, outros países como o caso da Irlanda já encontravam-se em um período de economia aquecida, o que levou então ao super-aquecimento da economia devido a rápida e má regulamentada expansão do crédito. A crise que começa a ser vivenciada na Irlanda deve ser vista como um todo primeiramente, antes de analisar a crise do crédito irlandês.

## 4.2 A CRISE IRLANDESA DO CRÉDITO

Este capítulo está destinado a entender a crise do crédito irlandês a fim de traçar as relações com a crise imobiliária do país para poder então ver como ambas se inter-relacionam.

Os sinais de problemas na economia irlandesa começaram a surgir em 2007. As receitas dos impostos de 2007 ficaram aquém das projeções em cerca de €2.3 bilhões (GOVERNMENT OF IRELAND, 2006).

Após anos de crescimento do PIB, com médias a rondar os 5% entre 2004 e 2006, a taxa de crescimento do PIB na Irlanda caiu para -2,6% em 2008. Em Setembro do mesmo ano, o presidente de um dos grandes bancos irlandeses, o *Anglo-Irish Bank*, reuniu com os presidentes dos dois maiores bancos irlandeses, o *Bank of Ireland* e o AIB. Segundo Sr. Richard Burrows, o Presidente do *Bank of Ireland* na altura, a reunião foi bastante curta e que ele foi informado que o *Anglo-Irish Bank* tinha dívidas a vencer no dia seguinte que não ia ser capaz de pagar e que lhe foi perguntado se “o *Bank of Ireland* estaria interessado em comprar o *Anglo-Irish Bank*, ou uma parte dele” (LYONS, 2014). Tanto ele quanto o presidente do

AIB recusaram. Ambos os presidentes, preocupados com o eminente colapso do *Anglo-Irish Bank* marcaram uma reunião de emergência com o Primeiro Ministro e com o Ministro das Finanças da Irlanda. O governo irlandês decidiu tomar medidas extremas de modo a evitar que isso acontecesse (LYONS, 2014).

Numa reunião noturna com os bancos, o governo irlandês comprometeu-se a garantir toda a dívida existente dos bancos irlandeses (entre as economias europeias, apenas a Dinamarca seguiu este caminho) assim como depósitos. Para além de garantir os dois grandes bancos de retalho (AIB e Bank of Ireland) e dois bancos imobiliários mais pequenos; por razões que nunca ficaram claras, o governo irlandês concordou em garantir duas empresas especializadas em crédito para desenvolvimento imobiliário (o Anglo-Irish Bank e a Irish Nationwide Building Society) apesar das já evidentes deficiências na sua gestão corporativa. (KELLY, 2009, p. 15)

A decisão de abranger as garantias a este nível foi vista por muitos economistas (como o Professor da Universidade de Dublin, Morgan Kelly e o Governador do Banco Central da Irlanda, Patrick Honohan) como um erro muito dispendioso. O valor da dívida garantida pelo governo irlandês totalizava mais de 200% do PIB irlandês (cerca de €440 bilhões), prejudicando a credibilidade da Irlanda; e a taxa de juro com que o governo irlandês conseguiu o empréstimo subiu para 3% em Janeiro de 2009 (CONNOR; FLAVIN; O’KELLY, 2010). Esta garantia extensiva não foi suficiente para resolver os problemas do sistema bancário irlandês.

Em Janeiro de 2009, o governo foi forçado a nacionalizar o *Anglo-Irish Bank*, e em Fevereiro investiu €3.5 bilhões no *Bank of Ireland* e no AIB, ainda assim sem resolver os problemas do seu sistema bancário. A maior questão com os bancos irlandeses era a quantidade de hipotecas e empréstimos, na maior parte ligada a propriedade (OHALLORAN, 2009). Em novembro de 2009, o governo irlandês decidiu criar uma nova instituição, baseada no modelo de “banco mau”. Esta instituição, chamada Agência Nacional de Gestão de Ativos, foi criada para adquirir a dívida dos principais bancos irlandeses a preço reduzido. O princípio era que a ANGA se focasse em organizar a dívida e a recuperar a maior quantidade de dinheiro possível, negociando com os credores ou vendendo propriedade (OXFORD ANALYTICA, 2009). O objetivo era ajudar o sistema bancário de várias formas, proporcionando uma injeção de capital em um período, em que era difícil obter crédito e também permitir aos bancos focar-se nos seus principais objetivos. Isto, no entanto, deixou o estado irlandês com um enorme passivo, numa altura em que os custos do crédito estava em subida. As receitas dos impostos estavam também a diminuir e foi necessário um segundo orçamento de emergência (OXFORD ANALYTICA, 2009).

A crise europeia se aprofundou em 2010, ano em que os países do grupo começaram a pedir assistência financeira à U.E para poder então pagar seus débitos. As razões específicas para as dificuldades financeiras variavam de país para país, entretanto todos foram dirigidos por um aperto das condições financeiras, fraco crescimento, aumento do débito em relação ao PIB e a crise no sistema bancário. (PETRAKIS; KOSTIS; VALSAMIS, 2013).

Em abril de 2010, a Grécia foi o primeiro país a pedir auxílio à U.E, seguido pela Irlanda em novembro de 2010. Em abril de 2011, Portugal pediu ajuda. Em junho de 2012, o Chipre e em setembro de 2012, a Espanha recebeu auxílio. A maior parte destes auxílios vieram dos empréstimos de resgate da U.E, do B.C.E. e do Fundo Monetário Internacional. O programa de resgate concedido pela Troika (U.E, B.C.E. e do Fundo Monetário Internacional) foi customizado especificamente para cada um dos países envolvidos e as condições para cada empréstimo ajustado, em muitos casos, medidas de austeridade foram necessárias para poder dar suporte à recuperação da economia.

Em 2013, o programa de ajuste econômico da Irlanda foi o primeiro pacote de assistência financeira a alcançar o êxito e ser repago.

Antes de realizar os empréstimos para o resgate dos países, a Troika realizou uma extensa análise das economias. No caso da Irlanda, muitas fraquezas foram observadas. Primeiramente, o acesso fácil ao crédito que levou aos agentes (bancos e pessoas) a se exporem a riscos excessivos. Além disso, a bolha imobiliária levou à uma grande exposição dos bancos irlandeses ao mercado imobiliário e também levou o governo a depender de impostos oriundos da construção civil. Isso fez com que a economia irlandesa ficasse extremamente vulnerável à crise imobiliária. (EUROPEAN COMMISSION, 2015)

A Irlanda recebeu um fundo de resgate de €85 bilhões, sendo €22.5 do Fundo Monetário Internacional, €22.5 bilhões DO EFSM, €22.5 bilhões EFSF, €17.5 bilhões dos fundos nacionais irlandeses e também empréstimos do Reino Unido, Dinamarca, e Suécia. O programa customizado a Irlanda foi desenhado para inicialmente promover a liquidez no setor bancário e dar suporte ao gasto do governo. (EUROPEAN COMMISSION, 2015)

Os €85 bilhões foram distribuídos da seguinte forma: €10 bilhões para recapitalização bancária, €25 bilhões para as contingências bancárias e €50 bilhões para financiar o orçamento público.

Como parte das reformas estruturais, foi pedido ao Governo da Irlanda para reduzir seu déficit em €15 bilhões durante os 4 anos seguintes. O ajuste deveria ser feito €10 bilhões em poupança e €5 bilhões em impostos. Houve uma redução do salário mínimo em €1 por



hora. O programa de resgate irlandês foi um sucesso e o governo concluiu o programa em 2013.

Em 2009, a economia irlandesa estava oficialmente em recessão o PIB caiu dois trimestres consecutivos, com a economia a recuar em cerca de 8,9% nesse ano. Como vemos no gráfico 6, em 2010, as taxas de rentabilidade de obrigações a 10 anos do estado irlandês subiram de 4,83% em Janeiro para 9,06% no final do ano (OCDE, 2018) sendo estas as segundas mais altas na U.E. no devido momento, tendo apenas o estado grego a pagar uma taxa mais alta nas suas obrigações a 10 anos (11,3%).

Gráfico 6. Rendimentos dos Títulos da Irlanda entre 2008 e 2018



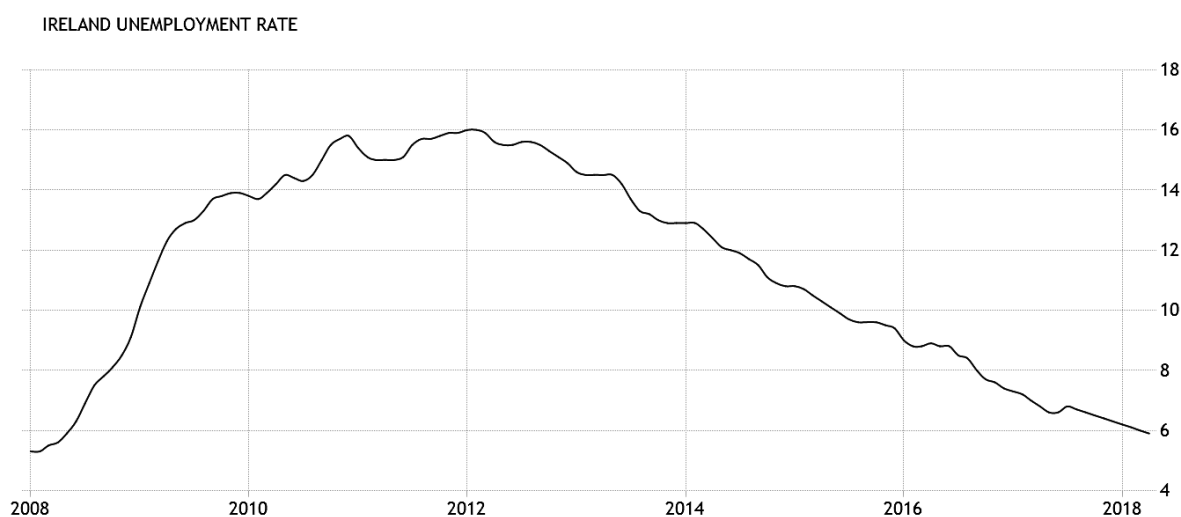
Fonte: Ireland Department of Treasury apud Trading Economics (2018B)

O governo irlandês decidiu procurar ajuda de financiamento. Em 28 de Novembro de 2010, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional acordaram um programa de ajuda financeira a três anos com o governo irlandês. (EUROPEAN UNION, 2015). Este programa de €85 bilhões chamado de Programa de Ajustamento Econômico para a Irlanda, comumente conhecido como programa de ‘resgate financeiro’, consistia em que a Irlanda recebesse empréstimos a uma taxa de juro acordada de cerca de 5,8% dependendo da altura em que os valores fossem devolvidos (EUROPEAN UNION, 2015; MASUCH; HAWLEY, 2010). Dos €85 bilhões emprestados, €50 bilhões destinaram-se a financiar a despesa do estado e €35 bilhões seriam para recapitalizar os bancos. Havia uma série de condições, com as quais o governo irlandês tinha de concordar para receber este empréstimo a taxas de juro relativamente baixas (que seria dado em prestações, desde que as condições se mantivessem). Estas condições incluíam a redução na despesa do Estado, a subida dos impostos e a redução

dos salários da função pública. O BCE também insistiu em que todos os detentores de obrigações do estado irlandês e dívida bancária, mesmo os obrigacionistas subordinados (a categoria mais baixa e de maior risco que só seria ressarcida após todas as outras) fossem ressarcidos na totalidade. Alguns comentadores (incluindo o Professor Morgan Kelly e o Governador Patrick Honohan) criticaram fortemente esta medida, com o antigo Governador do Banco Central a apelidá-la de “falha significativa na criação do programa” com “cerca de €16 bilhões de obrigações não garantidas” a serem pagas à custa da despesa do estado irlandês (CENTRAL BANK OF IRELAND, 2015). Esta exigência foi feita pelo BCE numa altura em que havia grande exposição europeia à dívida irlandesa, com o Reino Unido exposto a \$230 bilhões de dívida e a Alemanha a \$175 bilhões de dívida (EMMET OLIVER, 2018).

O resultado de tudo isto deixou a economia irlandesa num estado terrível. A falta de regulação financeira tinha deixado os bancos irlandeses expostos a um mercado imobiliário em colapso, estando estes subfinanciados e incapazes de operar normalmente e apoiar a economia irlandesa. Por sua vez esta levou um rombo enorme quando o colapso do setor da construção e da dificuldade de acesso ao crédito. O desemprego aumentou, a dívida do estado aumentou e as receitas dos impostos diminuíram. A partir de 2010 a taxa de desemprego passou do patamar de 14%, como mostra o gráfico 7.

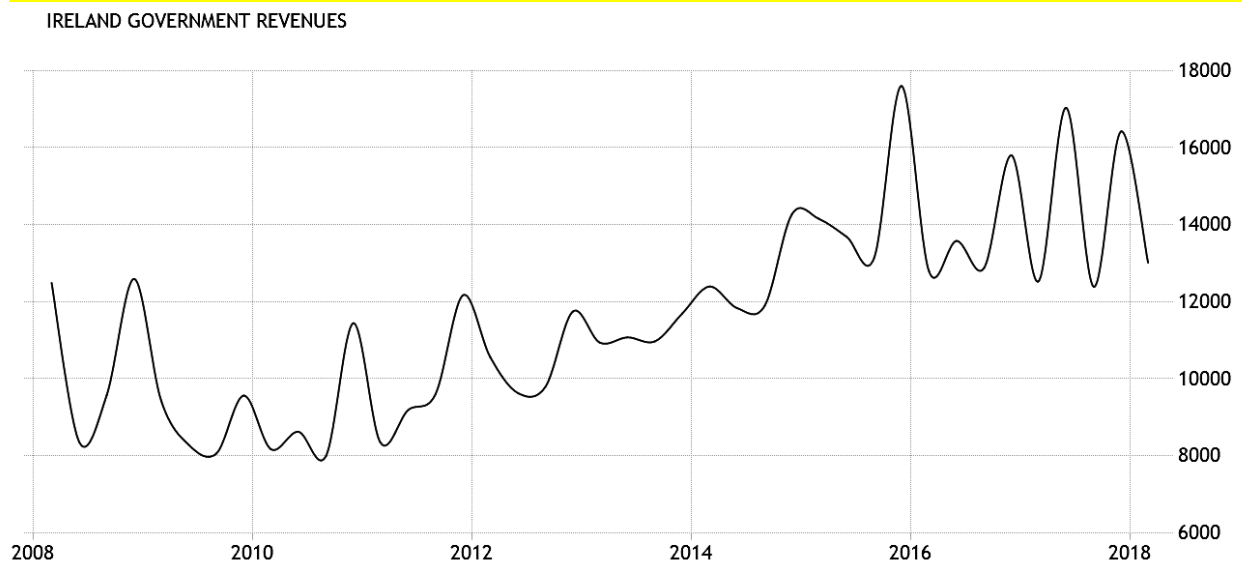
Gráfico 7. Taxa de desemprego na Irlanda em percentagem de 2008 á 2018



Fonte: CSO apud Trading Economics (2018E)

A receita do Estado irlandês oscilou muito de 2008 á 2018, apresentando uma tendência de alta que pouco antes de 2015 alcançou pela primeira vez 14 bilhões, como vemos no gráfico 8.

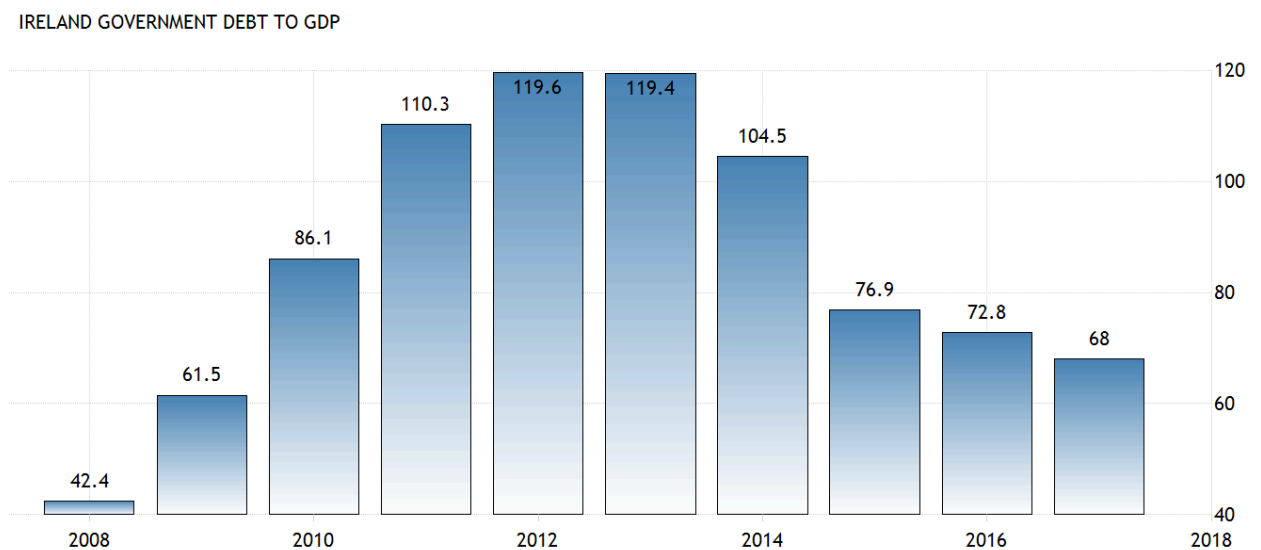
Gráfico 8. Receita do Governo irlandês de 2008 á 2018 em milhões de euros



Fonte: CSO apud Trading Economics (2018D)

A dívida do governo irlandês em percentagem do PIB aumentou drasticamente de 2008 até 2012, mantendo-se praticamente estável entre 2012 e 2013, e apresentando diminuição apenas de 2014 em relação á 2013 em diante, como vemos no gráfico 9.

Gráfico 9. Dívida do governo irlandês em percentagem do PIB



Fonte: CSO apud Trading Economics (2018C)

Tudo isto levou a que o governo irlandês tivesse que pedir empréstimos ao BCE e ao FMI. As muito criticadas condições para estes empréstimos forçaram o governo a pagar grandes quantidades de ‘dívida não garantida’.

Enormes erros haviam sido cometidos e o panorama para a economia irlandesa não era favorável. No entanto, a Irlanda saiu do programa de resgate 2013 com o PIB a subir cerca de 8,5% em 2014 e a um recorde de 26,3% em 2015 (OCDE, 2016).

O crédito fácil e sem muita regulamentação se mostrou inviável e um ato irresponsável por parte do país, mesmo não tendo a capacidade de ditar a taxa de juros, o governo local poderia ter dificultado o acesso ao crédito com uma regulamentação mais rígida. As duas crises nacionais juntas fizeram com que o crescimento econômico vivenciado no país desde a década de 1990 parasse, mesmo que de forma momentânea. Analizaremos a seguir como a Irlanda renasceu de seu período de crises.

#### 4.3 A IRLANDA APÓS A CRISE

Uma vez tendo em mente os motivos por trás das crises vivenciadas na Irlanda nos anos 2000, o capítulo 4 desbravará como o país adotou estratégias para sair da recessão e quais foram os fatores-chaves para tal.

Na sequência dos efeitos da bolha imobiliária irlandesa e da crise do crédito, era inconcebível o regresso ao crescimento do PIB. De fora pode parecer que o programa de resgate austero acordado com a UE e o FMI foram bem sucedidos na Irlanda (embora não o tenha sido na Grécia ou em lugar algum). No entanto, se examinar o progresso da economia irlandesa nas passadas décadas, esta parece ser uma continuação do crescimento levado a cabo pelo investimento direto estrangeiro desde os anos 1990 (KELLY, 2009).

O desenvolvimento da economia irlandesa pode ser observado numa série de etapas. Primeiro, a etapa da criação preparou a Irlanda para o crescimento futuro. Isto envolveu a criação de uma economia aberta que ganhou entrada na UE e acesso a fundos estruturais europeus e empréstimos a taxas de juro baixas (como parte do acordo para permanecer no EMS). A criação e manutenção de uma *low corporation tax*, assim como o investimento na educação, foram fatores importantes nesta etapa. Os efeitos destas medidas começaram a aparecer na Irlanda no final dos anos 1980 (KELLY, 2009).

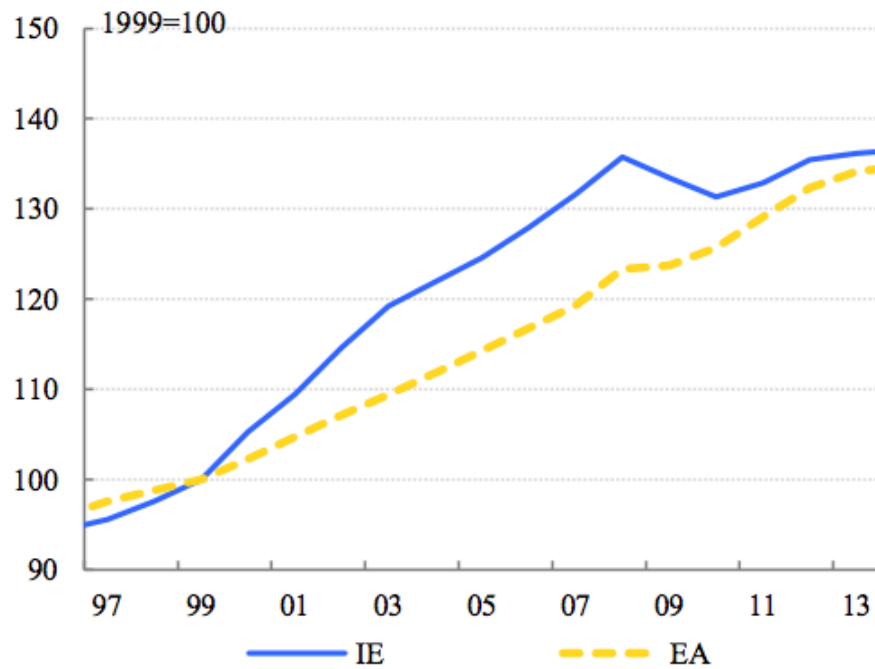
Nos anos 1990, a economia irlandesa cresceu rapidamente, encorajada, entre outras coisas, por uma competitividade nos salários dentro da economia europeia aberta

(HONOHAN; WALSH, 2002). Esta pode ser tida como a fase de convergência do crescimento irlandês. Isto acontece de algum modo a todos os Estados candidatos à adesão (países em fase de adesão à UE), embora o valor do crescimento varie de acordo com fatores como níveis salariais e de vida anteriores. À medida que os salários começam a convergir com os níveis europeus, é geralmente esperado que o crescimento diminua, já que a competitividade diminui (KELLY, 2009). No entanto, após a convergência, o crescimento econômico irlandês não diminuiu. Na verdade, passou por um longo período de crescimento, amplamente referido de Tigre Celta, e foi apoiado pelas políticas do governo irlandês durante a época anterior, de grande investimento na educação e de encorajamento do investimento estrangeiro, ao manter uma *low corporation tax*. O fato de estas políticas terem sido sistematicamente mantidas pelos sucessivos governos, tornaram a Irlanda em um país atrativo para o investimento estrangeiro. A Irlanda agora era uma economia mais aberta ao comércio, com acesso ao mercado único europeu e com uma população educada de língua oficial inglesa. O crescimento da economia irlandesa foi mantido por um longo período após a convergência com níveis europeus (KELLY, 2009).

A Irlanda passou por um verdadeiro boom até ao início do milénio. Reformas económicas, demografia favorável e concretização educacional em crescimento resultaram numa elevada taxa de emprego e numa crescente produtividade. O lançamento do mercado único europeu teve um impacto positivo no investimento estrangeiro directo e impulsionou as exportações irlandesas. O crescimento da produtividade no setor comercial excedeu a média europeia e teve repercussões no setor não comercial. (EUROPEAN COMMISSION, 2015, p.19)

No entanto, a maior força motriz por detrás deste crescimento mudou por volta do ano 2000. Os efeitos dos anos de crescimento levaram ao aumento dos salários e dos preços, particularmente no setor imobiliário. Nestes anos a inflação irlandesa aumentou muito para além dos níveis da zona euro.

Gráfico 10. Comparação da inflação irlandesa com a inflação da zona do euro de 1997 á 2013



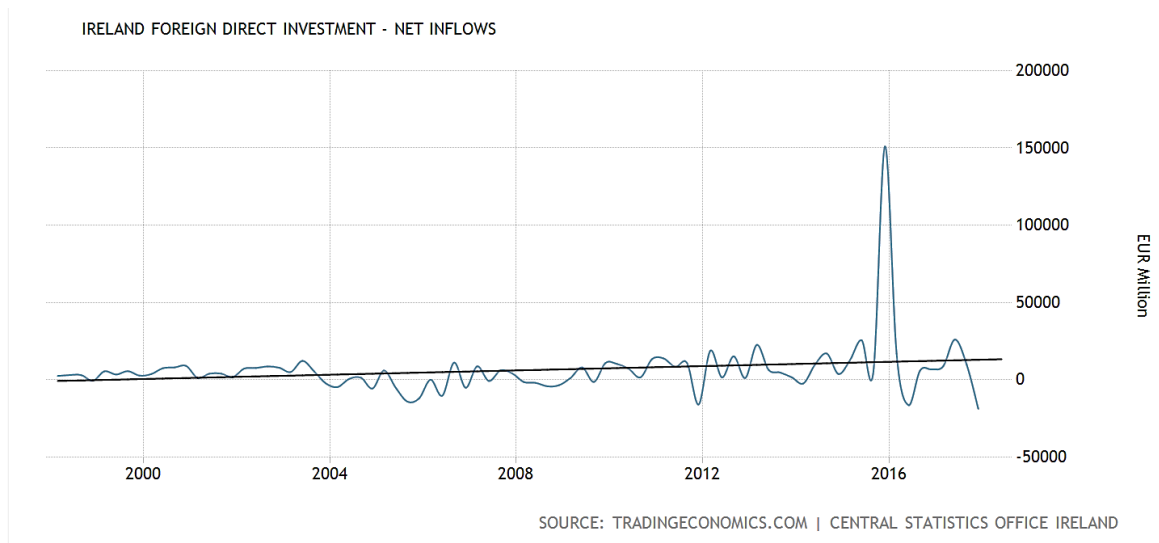
Fonte: *European Commission* (2015)

Uma situação econômica aparentemente robusta e condições de financiamento favoráveis levaram bancos, corporações e privados a correr riscos excessivos. Em especial as taxas de juro baixas e Standards de crédito pouco rigorosos encorajaram o crescimento do crédito... a grande exposição ao mercado imobiliário tornou o setor bancário irlandês particularmente vulnerável a potenciais correções acentuadas no mercado imobiliário. (EUROPEAN COMMISSION, 2015, p 20)

A recessão que aconteceu no seguimento do *crash* imobiliário americano provocou um endurecimento das condições de crédito a nível global. Quando os preços no setor imobiliário começaram a diminuir na Irlanda e o crédito passou a ser difícil de adquirir, os bancos irlandeses viram-se em dificuldades e tiveram de procurar ajuda. A reação do governo irlandês em oferecer garantias ilimitadas foi extremamente dispendiosa para o estado. Os termos da Troika para o subsequente resgate também foram dispendiosos, assim como a austeridade aplicada ao povo irlandês (MONASTIRIOTIS et al., 2013).

No entanto, é de notar que as condições que permitiram o *boom* original na Irlanda não desapareceram em particular o fato de a Irlanda ter mantido a *low corporation tax* e ser ainda uma localização atrativa para o investimento direto estrangeiro. Embora os níveis de influxo de investimento estrangeiro tenham diminuído alguns anos durante esta época, olhando para a tendência global, é possível verificar que a tendência é de crescimento (QUINLAN, 2015).

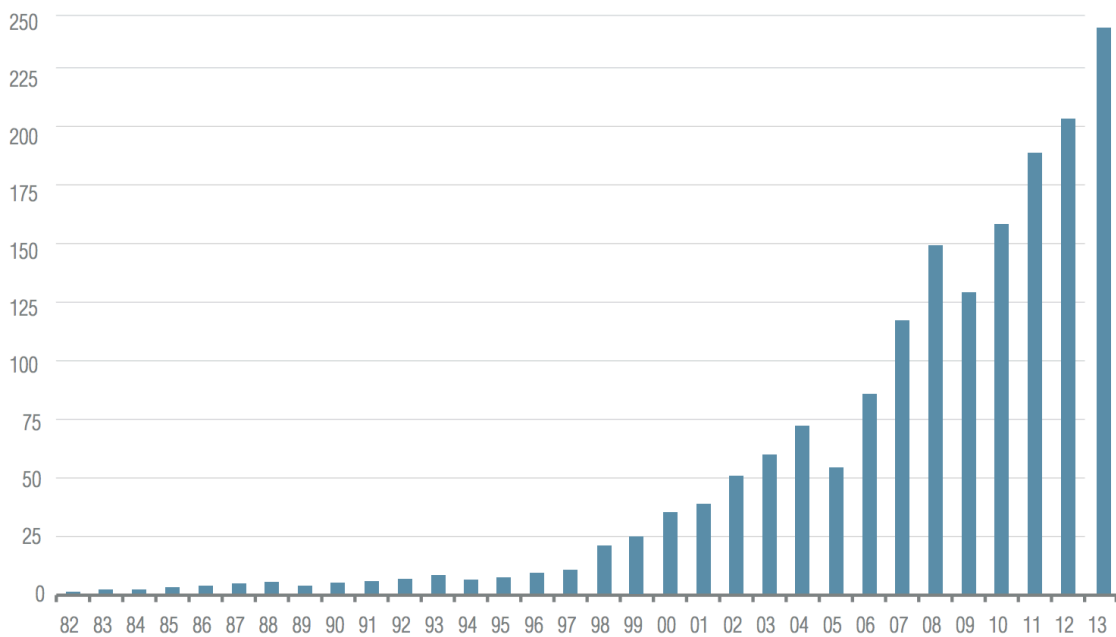
Gráfico 11. Investimento Direto Externo na Irlanda em milhões de euros com linha de tendência



Fonte: CSO apud Trading Economics (2018A)

Isto aplica especialmente a investimento dos E.U.A., que tem sido um dos grandes impulsionadores do crescimento do PIB na Irlanda. Este fato começou nos anos 90 e rapidamente aumentou na década seguinte. Mesmo durante o programa de resgate da Troika na Irlanda, as ações americanas de investimento estrangeiro continuaram a fluir para o país (QUINLAN, 2015).

Gráfico 12. Investimento direto externo dos E.U.A. na Irlanda em bilhões de dólares de 1982 á 2013



Fonte: QUINLAN (2015).

A Câmara de Comércio Americana publicou um relatório em 2015 que destacava a extensão de IED na Irlanda. (QUINLAN, 2015).

Desde o ano 2000 que a quantidade de investimento estrangeiro americano na Irlanda aumentou mais de 6 vezes, ou de \$36 bilhões no ano 2000 para \$240 bilhões em 2013... A participação do investimento americano na Irlanda é superior ao investimento total na América do Sul (\$169 bilhões) ... Empresas americanas investiram aproximadamente \$277 bilhões na Irlanda desde 1990; em comparação com o Brasil com \$92 bilhões (QUINLAN, 2015, p. 13)

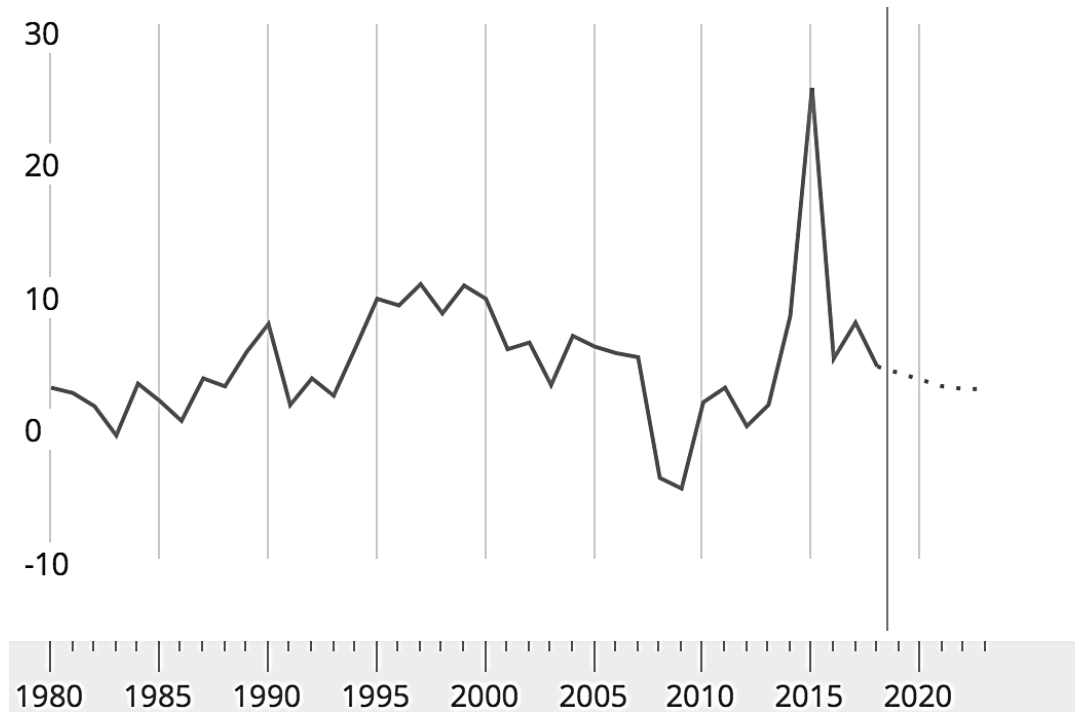
Os últimos números colocam o investimento americano na Irlanda em \$378 bilhões em 2018 (Câmara de Comércio Americana, 2018). Em 2017, o investimento americano representou 67% de todo o investimento estrangeiro direto na Irlanda. Mais de 155.000 pessoas estão diretamente empregadas em mais de 700 empresas americanas em solo irlandês. As empresas americanas patrocinam indiretamente mais 100.000 postos de trabalho na economia irlandesa, sendo responsáveis por 20% do emprego no país. Assim, parece que o IED continua a ser muito importante para o emprego e crescimento econômico irlandês e assim tem sido desde o início do período do ‘Tigre Celta’, persistindo mesmo durante a bolha imobiliária irlandesa e a subsequente crise do crédito’ e ‘resgate A Comissão Europeia tem usado a Irlanda como exemplo do sucesso da austeridade e tem defendido as condições de resgate como necessárias para a recuperação (levantando a questão, por que é que a austeridade não foi bem sucedida em Portugal ou na Grécia). No entanto, recentemente, muitos peritos têm vindo a discordar com esta noção (ROCHE; OCONNELL; PROTHERO, 2016). Estes autores apoiam a tese de que as condições que levaram ao período do Tigre Celta na Irlanda não desapareceram. “Na realidade, a recuperação irlandesa não teve nada que ver com a competitividade de custos induzida pela austeridade, e sim tudo que ver com uma política de empreendedorismo suportado pelo Estado, que visa atrair investimento estrangeiro direto dos Estados Unidos” (REGAN, 2016, p. 1).

Durante o programa de resgate, o governo irlandês foi forçado a impor austeridade e reformas estruturais, ao mesmo tempo em que pagava enormes valores monetários, uma parte significativa dos quais se referia a dívida não garantida de bancos irlandeses. Isto causou uma acentuada diminuição no crescimento do PIB durante esses anos. No entanto, como verificámos anteriormente, o IED continuou a fluir para a Irlanda e agora que o resgate já foi pago, a Irlanda começou a desfazer as medidas de austeridade e retomou o crescimento. Olhando para o PIB irlandês dos últimos 20 anos, é possível verificar que, exceituando as



quedas entre 2008 e 2013, das garantias aos bancos até ao final do resgate, o PIB tem-se mantido positivo.

Gráfico 13. Variação anual do PIB irlandês por ano de 1980 até 2018



Fonte: FMI (2018B)

Na verdade, a Irlanda passou por um crescimento do PIB de 26,3%, a maior taxa de sempre em todo o mundo. Este número parece inacreditável, mas pode ser explicado por influxos de IED na economia irlandesa. A Irlanda tem uma economia relativamente pequena, e este crescimento de 26,3% aconteceu devido a um salto de €75 bilhões nas exportações, de €220 bilhões para €295 bilhões. Isto mostra a enorme importância do IED em uma economia aberta e pequena como a irlandesa.

Um aumento da quantidade de aeronaves importadas para a Irlanda por empresas de leasing, que as alugam a companhias aéreas, é, também, uma das principais razões para o crescimento econômico. Operadoras de aluguel com sede na Irlanda representam cerca de 20% do mercado global, com negócios na ordem dos €7.8 bilhões (THE GUARDIAN, 2016)

Sabemos, por exemplo, que a empresa de aluguel de aeronaves AerCap, com um valor total de mais de €35 bilhões, alterou a residência fiscal da sua frota para a Irlanda. Há relatos de que a Apple mudou alguns dos seus valiosos ativos de propriedade intelectual para a Irlanda - nomeadamente direitos de autor e patentes de design e tecnologia usados nos seus produtos, relativos a vendas fora da economia dos E.U.A. Este é um bem de grande valor e pode - potencialmente - ser responsável por uma parte significativa do salto no valor do capital social da Irlanda. (TAYLOR, 2016)

Embora o valor de 26,3% tenha sido exacerbado pelos efeitos destas grandes multinacionais, também mostra um apoio continuado a operações na Irlanda e é prova de que a Irlanda ainda é capaz de atrair investimento estrangeiro mesmo após a bolha imobiliária e a crise do crédito.

## 5 CONCLUSÃO

A partir da análise feita, temos que a causa do rápido crescimento do PIB vivenciado na Irlanda tem sua origem em três categorias de crescimento: convergência, IED, e a bolha imobiliária.

O crescimento vivenciado na década de 1990 foi movido pela convergência econômica para padrões dos países do centro europeu, assim como sua qualidade de vida e bem estar social devido á adesão à CECA (atual U.E). Esse crescimento foi causado pelo aumento da competitividade irlandesa que era dirigido por baixos salários se comparados a maioria dos países do bloco.

Mesmo unindo-se á U.E no início da década de 1970, o país não passou pelo crescimento devido a convergência até a década de 1990. Isso se dá em parte devido á pobres políticas econômicas durante a década de 1970 que acabou por sobrecarregar a Irlanda com um alto nível de dívida pública. Entretanto, durante o período, o país obteve subvenções e empréstimos á baixa taxa de juros da U.E como parte de um pacote que tinha por intuito apoiar a Irlanda por sua participação no Mecanismo de Estabilidade Europeu, tal dinheiro foi investido em sua maior parte em educação e infraestrutura.

O IED, em particular dos E.U.A., presenciou um significativo aumento começando no final da década de 1990. O acesso ao mercado único europeu foi crucial para viabilizar tais investimentos. Este crescimento foi movido *Low Corporation Tax* assim como uma mão de obra qualificada, nativa em língua inglesa. O IED caiu levemente de 2004 para 2005 e depois entre 2008 para 2009, mas continuou a aumentar posteriormente.

Durante os anos 2000, uma bolha imobiliária se formou na Irlanda. Um aumento na construção civil foi possibilitado devido ao crédito facilitado e má regulamentação bancária. Esta bolha insustentável foi um dos motores do crescimento da economia irlandesa até sua ruptura em 2008.

A era do ‘Tigre Celta’ pode ser explicada por uma combinação de três categorias de crescimento. Não se pode dizer exatamente quando cada uma delas começou, mas olhando pelo crescimento do PIB, o crescimento do IED e o aumento dos preços dos imóveis, podemos estimar que o crescimento devido a convergência começou no início da década de 1990 e durou até cerca dos anos 2000. Logo após o crescimento começa a ser guiado por IED

e pelo crescimento da bolha imobiliária. A crise imobiliária estourou em 2008 e o crescimento através do IED foi afetado devido á crise americana, retornando o crescimento logo após.

Pode ser concluído que a única destas três vias de crescimento que continua até hoje na Irlanda é o crescimento via IED, e este foi o motor que levou a Irlanda de volta a recuperar seu crescimento econômico, sendo responsável pelo crescimento de 26,3% em 2015.

Este trabalho por fim conclui que a atração de IED é a principal razão por trás do crescimento econômico irlandês, e tal tem suas origens nas políticas econômicas bem sucedidas iniciadas na década de 1950.

Estas decisões políticas foram concentradas ao entorno de uma modelo de crescimento via exportações, que foram facilitadas pelo acesso ao mercado único europeu, dirigido pela política de *low Corporation tax* apoiada pelo consistente investimento em educação.

Isto foi posteriormente ajudado pelo estabelecimento da IDA, uma instituição que ativamente tentou atrair IED para a Irlanda. Houve também um leque de aspectos culturais por trás do sucesso na decisão da política irlandesa de ter nas exportações sua via de crescimento, como a similaridade de cultura e idioma com os E.U.A.

A bolha imobiliária irlandesa teve diferentes causas em relação a bolha imobiliária americana.

Sabe-se que a crise imobiliária irlandesa foi guiada pela má regulação do crédito, assim como seu fácil acesso.

O IED continuou a crescer na Irlanda mesmo após a crise vivenciada nos anos 2000, por este motivo pode se ter que a política de crescimento via exportações foi um êxito em criar uma economia em constante crescimento. Deve-se ressaltar que ao mesmo tempo em que tal política se tornou o motor econômico do país, ela também fez com que o país se tornasse mais suscetível á choques externos e mais dependentes de outras nações, em especial os E.U.A.

## REFERÊNCIAS

- AGRELA, Manuel Bejar; DIEJOMAOH, Glory Godspower; MAUREL, Ludovic. **What are the major changes the financial crisis impacted on the Spanish consumer behaviour?** 2012. 56 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, [s.i], 2012. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/12521819.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2018.
- BALASSA, Bela. **The Theory of Economic Integration**. Abingdon: Routledge, 2011. 286 p.
- BARRY, Frank. **Export-platform foreign direct investment: the Irish experience**. European Investment Bank, [s.i], 2004.
- BARRY, Frank. **Foreign Direct Investment and Institutional Co-Evolution in Ireland**. 2006. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=978764](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=978764)>. Acesso em: 15 mar. 2018
- BOND, Philip; MUSTO, David K.; YILMAZ, Bilge. Predatory Lending in a Rational World. **Ssrn Electronic Journal**, [s.l.], 2005. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.875621>
- CALLIS, Robert R.; CAVANAUGH, Linda B. Census Bureau Reports On Residential Vacancies And Homeownership. **U.S. Department Of Commerce**. Washington D.C., out. 2007. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20080216030156/http://www.census.gov/hhes/www/housing/hvs/qtr307/q307press.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2018.
- CENTRAL BANK OF IRELAND (Org.). **Address by Governor Patrick Honohan to the IMF-CEPR-Central Bank of Ireland Conference**. 2015. Disponível em: <<https://www.centralbank.ie/news/article/address-by-governor-patrick-honohan-to-the-imf-cepr-central-bank-of-ireland-conference>>. Acesso em: 15 mar. 2018.
- CLIFFORD, Gomez. **Banking and Finance: Theory, Law and Practice**. New Delhi: Phi Learning Private Limited, 2011. 344 p.
- CNNMONEY (Org.). **Fed cuts rates a quarter point**. 2001. Disponível em: <<http://money.cnn.com/2001/12/11/economy/fed/>>. Acesso em: 15 mar. 2018.
- CNNMONEY. **Fedcuts a quarter**. 2003. Disponível em: <[http://money.cnn.com/2003/06/25/news/economy/fed\\_decision/index.htm](http://money.cnn.com/2003/06/25/news/economy/fed_decision/index.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2018.
- COELHO, Carlos. **O Tratado de Lisboa: Perguntas e Respostas**. 2007. Disponível em: <[http://carloscoelho.eu/ed/files/tratado\\_lisboa\\_ok.pdf](http://carloscoelho.eu/ed/files/tratado_lisboa_ok.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2017.
- CONNOR, Gregory; FLAVIN, Thomas; O'KELLY, Brian. **The U.S. and Irish Credit Crises: Their Distinctive Differences and Common Features Irish Economy**. [s.i], mar. 2010. Disponível em: <<http://eprints.maynoothuniversity.ie/1884/2/N206-10.pdf>>. Acesso em: 14 mar.2018.

CSO (Irlanda). **Ireland and the EU 1973-2003 Economic and Social Change**. 2004.

Disponível em:

<<http://www.cso.ie/en/statistics/statisticalyearbookofireland/statisticalyearbookofireland2004edition/>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

DICKERSON, A. Mechele. Over-indebtedness, the subprime mortgage crisis, and the effect on U.S. cities. **Fordham Urban Law Journal**. [s.n], p. 394-425. 2009

EDMISTON, Kelly D.; ZALNERAITIS, Roger. Rising Foreclosures in the United States: A Perfect Storm. **Federal Reserve Bank Of Kansas City**. Kansas, p. 115-145. 2007.

Disponível em:

<<https://www.kansascityfed.org/PUBLICAT/ECONREV/PDF/4q07Edmiston.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

EMMET OLIVER. **UK banks exposed for \$230bn on loans in Ireland**. 2010. Disponível em: <<https://www.independent.ie/business/irish/uk-banks-exposed-for-230bn-on-loans-in-ireland-26661102.html>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

EUROPEAN COMMISSION. (Org.). **Ex post Evaluation of the Economic Adjustment Programme: Ireland, 2010-2013**. 4. ed. Luxembourg: Economic And Financial Affairs, 2015. 124 p. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/dgs/economy\\_finance/evaluation/pdf/ex-post\\_ireland\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/dgs/economy_finance/evaluation/pdf/ex-post_ireland_en.pdf)>. Acesso em: 22 mar 2018

EUROPEAN UNION. **Ex post Evaluation of the Economic Adjustment Programme: Ireland, 2010-2013**. Luxembourg: Publications Office Of The European Union, European Commission. 2015. 124 p. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/dgs/economy\\_finance/evaluation/pdf/ex-post\\_ireland\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/dgs/economy_finance/evaluation/pdf/ex-post_ireland_en.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2018.

EUROPEAN UNION. **Living in the EU**. Disponível em: <[https://europa.eu/european-union/about-eu/figures/living\\_en#tab-4-9](https://europa.eu/european-union/about-eu/figures/living_en#tab-4-9)>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FFIEC. Immediate Release. **Press Releases**. 2004. Federal Financial Institutions Examination Council. Disponível em: <<https://www.ffiec.gov/hmcrpr/hm072604.htm>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

FMI. **GDP growth (annual %)**. 2018. Disponível em:

<<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2000&locations=IE&start=1990>>. Acesso em: 01 jun. 2018A.

FMI. **Real GDP growth: Annual percent change**. Disponível em:

<[http://www.imf.org/external/datamapper/NGDP\\_RPCH@WEO/IRL](http://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/IRL)>. Acesso em: 05 jun. 2018 B.

GARVIN, Tom. **NEWS FROM A NEW REPUBLIC: Ireland in the 1950S**. Dublin: Gill & Macmillan Ltd, 2011. 256 p. Disponível em:

<[https://books.google.ie/books?id=Etn4AwAAQBAJ&dq="great+weakness+is+the+persistent+tendency+to+eliminate+competition"&hl=pt-BR&source=gbs\\_navlinks\\_s](https://books.google.ie/books?id=Etn4AwAAQBAJ&dq=)>. Acesso em: 22 mar. 2018.

- GATT (Comp.). **THE ORIGINAL MANDATE**. 1994. Disponível em: <[https://www.wto.org/english/tratop\\_e/region\\_e/region\\_art24\\_e.htm](https://www.wto.org/english/tratop_e/region_e/region_art24_e.htm)>. Acesso em: 03 abr. 2018.
- GERALD, John Fitz. Understanding Ireland's Economic Success. **ESRI**. Dublin. jul. 1999. Disponível em: <<https://www.esri.ie/pubs/WP111.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <[https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod\\_resource/content/1/como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf)>. Acesso em: 15 agosto 2017.
- GOVERNMENT OF IRELAND. **Budgets Statistics and tables**. 2006. Disponível em: <<http://budget.gov.ie/Budgets/2007/Documents/BudgetTables.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2018.
- GRÁDA, Cormac Ó. **The Irish economy half a Century ago**. [s.i]: University College Dublin. School Of Economics, 2008.
- HENNESSY, Thia; KINSELLA, Anne. **40 years of Irish farming since joining the European Union: A journey with the Teagasc National Farm Survey 1972 to 2012**. [s.i]: Teagasc, 2013.
- HERRMANN, Heinz; LIPSEY, Robert. **Foreign Direct Investment in the Real and Financial Sector of Industrial Countries**. Berlin, p. 3477, maio, 2003. Springer Berlin Heidelberg. <http://dx.doi.org/10.1007/978-3-540-24736-4>.
- HONOHAN, Patrick; MURPHY, Gavin. Breaking The Sterling Link: Ireland's Decision To Enter The Ems. **The Institute For International Integration Studies Discussion Paper Series**, Dublin, 2010. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/iis/dispap/iiisd317.html>>. Acesso em: 05 mai. 2018.
- HONOHAN, Patrick; WALSH, Brendan. **Catching Up with the Leaders: The Irish Hare**. 2002. Disponível em: <[https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2002/01/2002a\\_bpea\\_honohan.pdf](https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2002/01/2002a_bpea_honohan.pdf)>. Acesso em: 05 mai. 2018.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND (Org.). **Real GDP growth: Annual percent change**. Disponível em: <[http://www.imf.org/external/datamapper/NGDP\\_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD](http://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD)>. Acesso em: 02 mai. 2018.
- JOVANOVIĆ, Miroslav. **The Economics of International Integration**. 2. ed. Cheltenham: Edward Elgar, 2015. 732 p.
- KELLY, Morgan. The Irish Credit Bubble. **UCD Centre For Economic Research**. [s.n], p. 1-28. dez. 2009. Disponível em: <<https://www.ucd.ie/t4cms/wp09.32.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2018
- KEOGH, Dermot. **The Diplomacy Of `Dignified Calm: An Analysis Of Ireland's Application For Membership Of The Eec, 1961--1963**. Cork: University College, 1997.

KING, Russell; SHUTTLEWORTH, Ian. Ireland's new wave of emigration in the 1980s. **InshGeography**, Dublin, p.104-108, 1988. Disponível em: <<http://www.irishgeography.ie/index.php/irishgeography/article/download/683/549>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

LEONNIG, Carol D. **How HUD Mortgage Policy Fed The Crisis**. 2008. Washington Post Staff Writer. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/06/09/AR2008060902626.html>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

LIEBSCHER, Klaus et al (Ed.). **Foreign Direct Investment in Europe: A Changing Landscape**. [s.i]: Edward Elgar Publishing Ltd, 2007. 288 p.

LYONS, Tom. **What the bankers knew on the night of the bank guarantee**. 2014. Disponível em: <<https://www.irishtimes.com/news/politics/what-the-bankers-knew-on-the-night-of-the-bank-guarantee-1.1767215>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

MARGLIN, Stephen A.; SCHOR, Juliet B. **The Golden Age of Capitalism: Reinterpreting the Postwar Experience**. Eua: Oxford University Pres, 1992. 344 p.

MASUCH, Klaus; HAWLEY, David. Transcript of a Press Conference on Ireland. **International Monetary Fund**. Dublin, nov. 2010. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/News/Articles/2015/09/28/04/54/tr112810>>. Acesso em: 22 abr.2018.

MONASTIRIOTIS, Vassilis et al. Austerity measures in crisis countries — results and impact on mid-term development. **Intereconomics**, [s.l.], v. 48, n. 1, p.4-32, jan. 2013. Springer Nature. <http://dx.doi.org/10.1007/s10272-013-0441-3>.

MURPHY, Gary. **In Search of The Promised Land**. Dublin: Mercier Press, 2010. 352 p.

O'SULLIVAN, Arthur; SHEFFRIN, Steven M.. **Economics: Principles in Action. Upper Saddle River**. New Jersey, 2003.

OCDE (Org.). **Irish GDP up by 26.3% in 2015?** 2016. Disponível em: <<http://www.oecd.org/sdd/na/Irish-GDP-up-in-2015-OECD.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

OCDE. **Long-Term Government Bond Yields: 10-year: Main (Including Benchmark) for Ireland**. 2018. Federal Reserve Bank of St. Louis. Disponível em: <<https://fred.stlouisfed.org/series/IRLTLT01IEM156N>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

OECD (Paris). **Irish GDP up by 26.3% in 2015?** 2016. Disponível em: <<http://www.oecd.org/sdd/na/Irish-GDP-up-in-2015-OECD.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2018

O'HALLORAN, Barry. **Government to nationalise Anglo Irish Bank**. 2009. Disponível em: <<https://www.irishtimes.com/news/government-to-nationalise-anglo-irish-bank-1.834324>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **União Europeia: Processos de integração e mutação**. Curitiba: Juruá Editora, 2005. 485 p.



ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Human Development Indicators**. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/IRL>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

OSPINA, Juan; UHLIG, Harald. Mortgage-Backed Securities and the Financial Crisis of 2008: a Post Mortem. **University Of Chicago**, Chicago, ago. 2017. Disponível em: <[https://www.ecb.europa.eu/pub/conferences/shared/pdf/20171023\\_credit\\_banking\\_monetary\\_policy/Uhlig\\_paper.pdf](https://www.ecb.europa.eu/pub/conferences/shared/pdf/20171023_credit_banking_monetary_policy/Uhlig_paper.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2018.

OXFORD ANALYTICA (Org.). **Irish Government Sets Up Bad Bank**. 2009. Disponível em: <<https://www.forbes.com/2009/09/22/ireland-bank-europe-business-oxford-nama.html#2a9b7eb35856>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

PETRAKIS, Panagiotis E.; KOSTIS, Pantelis C.; VALSAMIS, Dionysis G.. **European Economics and Politics in the Midst of the Crisis: From the Outbreak of the Crisis to the Fragmented European Federation**. Berlim: Springer, 2013. 260 p. Disponível em: <<https://www.amazon.com/European-Economics-Politics-Midst-Crisis/dp/3642413439>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

QUINLAN, Joseph P. **The Irish-US Economic Relationship**. Washington D.C: American Chamber Of Commerce Ireland, 2015. 72 p. Disponível em: <<https://www.amcham.ie/Amcham/media/SiteMedia/News/2015/Irish-US-Economic-Relationship-2015.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

REGAN, Aidan. **Debunking myths: Why austerity and structural reforms have had little to do with Ireland's economic recovery**. 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/1QTPwOq>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

ROBSON, Peter. **The Economics of International Integration**. 4. ed. London: Routledge, 2002.

ROCHE, William K.; O'CONNELL, Philip J.; PROTHERO, Andrea. Austerity and Recovery in Ireland. **Oxford Scholarship**, [s.l.], 15 dez. 2016. Oxford University Press. <http://dx.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198792376.001.0001>.

SILVA, Karine de Souza. **Mercosul e União Europeia: O estado da arte dos processos de integração regional**. São José: EditoraModelo Editorial, 2011. 309 p.

SWEENEY, Paul. **The Celtic Tiger: Ireland's Economic Miracle Explained**. Oak Tree Press, 1998. 230 p.

SWEENEY, Paul. **The Workplace of the Future**. Canada: Irish Congress Of Trade Unions, 2004. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download;jsessionid=043EF60A9505CAF89B02EE3AD7819C82?doi=10.1.1.576.823&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

TAYLOR, Cliff. **Ireland's GDP figures: Why 26% onomic growth is a problem**. 2016. Disponível em: <<https://www.irishtimes.com/business/economy/ireland-s-gdp-figures-why-26-economic-growth-is-a-problem-1.2722170>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

THE GUARDIAN (Org.). **Irish economy surges 26% as revised figures take in foreign investment.** 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2016/jul/12/irish-economic-growth-revised-figures-foreign-investment-aircraft>>. Acesso em: 18 mai. 2018.  
**The Irish independent newspaper.** Dublin, 02 maio 1957.

THE WHITE HOUSE. **President Calls for Expanding Opportunities to Home Ownership.** 2002. Disponível em: <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/06/20020617-2.html>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

TRADING ECONOMICS. **Ireland Foreign Direct Investment - Net Inflows.** 2018. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/ireland/foreign-direct-investment>>. Acesso em: 10 jun. 2018A.

TRADING ECONOMICS. **Ireland Government Bond 10Y.** 2018. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/ireland/government-bond-yield>>. Acesso em: 01 jun. 2018B.

TRADING ECONOMICS. **Ireland Government Debt to GDP.** 2018. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/ireland/government-debt-to-gdp>>. Acesso em: 05 jun. 2018C.

TRADING ECONOMICS. **Ireland Government Revenues.** 2018. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/ireland/government-revenues>>. Acesso em: 05 jun. 2018D

TRADING ECONOMICS. **Ireland Unemployment Rate.** 2018. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/ireland/unemployment-rate>>. Acesso em: 10 jun. 2018E.

U.S DEPARTMENT OF COMMERCE. **United States direct investment abroad.** 2018. Disponível em: <<https://bea.gov/iTable/iTable.cfm?ReqID=2&step=1#reqid=2&step=1&isuri=1>>. Acesso em: 30 maio 2018.

WILLIAMS, Mark. **Uncontrolled Risk.** McGraw-Hill Education. p. 213. April 12, 2010. ISBN 978-0-07-163829-6

WORLD BANK. **GDP (current US\$).** 2018. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2016&locations=DE-BR-IE&start=2016&view=bar>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (Org.). Regional trade agreements. **World Trade Organization.** [s.i], 2018. Disponível em: <[https://www.wto.org/english/tratop\\_e/region\\_e/region\\_e.htm](https://www.wto.org/english/tratop_e/region_e/region_e.htm)>. Acesso em: 18 mai. 2018A.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (Org.). World Trade. Welcome to the Regional Trade Agreements Information System (RTA-IS). **World Trade Organization.** [s.i]. 17 maio 2018. Disponível em: <<http://rtais.wto.org/UI/PublicMaintainRTAHome.aspx>>. Acesso em: 22 mai. 2018B.